

SR. PRESIDENTE: E o Paulo vai falar um pouquinho sobre a importância, sobre essa espécie que nós temos em nosso município, que é o símbolo de nossa cidade. Passo a palavra então para o Paulo.

O SR. PAULO: Boa noite a todos e todas. É um enorme prazer estar com vocês de novo aqui no COMDEMA. E eu acho assim, a gente tem muitos problemas ambientais, né? Muitas contrariedades em todos os níveis, né? Mas a gente também tem que celebrar, né? E amanhã nós comemoramos em São Carlos o Dia Municipal da Araucária. E por que essa data? Dia 25 de abril. Nós estamos em plena festa do clima. A festa do clima foi criada por lei, se não me falha a memória, em 1966, pelo Vereador Antônio Estela Amoroso, muito agradecido e, baseado nos trabalhos do professor Mário Tolentino, que fez sobre o clima. Bom, a ideia é de fazer festas públicas.

Então, o professor Tolentino estudou por mais de 30 a 40 anos o clima de São Carlos, fazendo todos os registros e percebeu que o melhor período para nós fazermos festas públicas seria no mês de outono e nesse período, por quê? Nós não temos as chuvas torrenciais e o calor do verão. Nós não temos ainda o clima seco e frio do inverno de rachar a boca que, quando era criança, ia na farmácia, estava cheio de manteiga de cacau para evitar que os lábios e narizes rachassem, né? Então esse período foi escolhido para a festa do clima já naquele período de 1966, que relevância que nós temos hoje que esse é o principal problema de toda a humanidade, não só da humanidade, porque as mudanças climáticas, o aquecimento global, está afetando toda a vida no planeta e nós fazemos parte disso, né? Então a gente tem que dar relevância.

E quando a gente resolveu criar o Dia Municipal da Araucária, por que essa ênfase toda na Araucária? Porque Araucária é símbolo do município de São Carlos e, infelizmente, ela foi devastada no início da nossa colonização, porque normalmente ela gosta de terras férteis, terras boas, né? Mas também porque Araucária é uma espécie ameaçada de extinção pelo aquecimento global. Ela gosta de relevo alto, altitudes acima de 600, 700 metros e climas mais frios e, com o aquecimento global, as matas de araucária estão ameaçadas de extinção. Então, por isso que a gente fez questão de colocar no Dia Municipal da Araucária bem no meio da Festa do Clima.

A Festa do Clima, oficialmente por lei, ela vai no feriado de 21 de abril, dia de Tiradentes, até o feriado do 1 de maio, Dia do Trabalhador, o meio da exatamente no dia 25 de abril, por isso foi colocado. E o Ibama até fez recomendações da gente colocar a data no mês de junho, né? Porque esse período ainda a gente está muito próximo do período de defeso do pinhão. Mas o defeso pinhão foi até o dia 15 de abril esse ano. O que que é o defeso do Pinhão? É um período que você não pode colher, coletar os pinhões, que é para deixar para os animais que sobrevivem dessa fonte de energia que são os pinhões. A araucária é uma espécie que existe no planeta há mais de 250 milhões de anos. Antes dos dinossauros, vieram dinossauros, os dinossauros acabaram há 65 milhões de anos e ela continua aí. É uma espécie vetusta de difícil reprodução. As árvores mais modernas, mais evoluídas, elas têm na mesma planta, na mesma flor, os órgãos masculino e feminino. Araucária não, né? Ela é um pinheiro, é uma gimnosperma. Ela tem sementes nuas, né? Esperma de sementes, gimino de nua. As sementes são nuas, as sementes das araucárias são o pinhão, né? E ela tem a árvore macho e árvore fêmea. Então você precisa ter próximos árvores machos e fêmeas para poder ter a formação do pinhão.

Além disso, a polinização é feita pelo vento, né? Então, se vocês verem aqui no banner, eu não enxergo direito, não vai dar para mostrar para vocês, mas eu vou falar rapidamente e vocês identificam, né? Então a Araucária, ela tem o porte infantil, o porte juvenil que parece uma árvore de Natal, é menorzinho, e o porte adulto, que ela abre como um guarda-chuva, né? E elas são plantas sem flores, a gente chama de estróbilos os órgãos masculino e feminino. O estróbilo masculino é pequenininho, né? É compridinho, mas que dá para vocês verem. É o estróbilo feminino, que é onde está as pinhas, chamado de pinha, né? E o que acontece? Outra dificuldade de reprodução. Quando a pinha cai no chão, os pinhões estão nela e eles caem ali, um pouco fica preso, outro pouco se esparrama pelo chão, mas fica todo junto. Vocês imaginam, por exemplo, uma espiga de milho. Se a gente plantar uma espiga de milho inteira, vai nascer um monte de milhinho tudo junto e vai morrer tudo porque muita competição ali não dá.

Então a Araucária, então, tem essa dificuldade, precisa da árvore macho e a árvore fêmea. E tem uma coisa muito curiosa, gente, é que até hoje não se sabe, talvez tem novidades aí que a gente sabe, me esclareça. Mas até hoje, que eu saiba, você não consegue identificar nem geneticamente qual exemplar que vai ser macho, qual exemplar vai ser fêmea. As árvores [...], quer dizer, ficarem adultas e elas levam

no mínimo 25 anos para chegar adulta. O ideal é cerca de 40, 35, 40 anos, para você saber se a árvore é macho ou é fêmea e, segundo pesquisadores que trabalham só com Araucária, já existe também casos de reversão, árvore que é macho fica fêmea e vice versa. Você vê que esse fenômeno não é só entre os humanos. Até nas plantas existem esse fenômeno de transexualidade. Imagina.

Então eu trouxe aqui um pouco de pinhão para quem quiser levar para plantar. Então eu vou passar aqui. Quem quiser tira umas uns três ou quatro pinhões. Para plantar é muito fácil. Pega qualquer vasinho pequeno com uma terra fértil e emborca ele na transversal, né? Com biquinho mais fino dele para baixo, né? A uns dois dedos de profundidade e rega umas três, quatro vezes por semana. Pode deixar no começo até ela germinar num local mais escuro, mas depois que germinou, ela gosta de sol, tá? Nós temos um exemplar em frente à Prefeitura Municipal que foi plantado em 2009. Está uma maravilha. Um outro exemplar que a gente plantou em 2001 foi num lugar bastante arborizado. Ele não foi para frente não. Então mostra que ele precisa do sol.

Gente, enfim, era isso. Gostaria de agradecer a atenção, agradecer o Junior pelo espaço que ele deu para a gente falar dessa data que é muito importante e eu ainda tenho 69 anos, não tive oportunidade de colher pinhões daqui de São Carlos, mas eu sei que o pessoal da Universidade Federal, que já está colhendo pinhões lá que foi plantado, o João Pedrazzani conhece muito bem, né? Pelo querido professor Romeu Cardoso da Rocha Filho, gaúcho, que trouxe muitos pinhões e plantou lá na Federal e eles já estão dando pinhões. Então era isso, gente, muito agradecido, viu? Pode passar o pinhão aí.

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Paulo, pela aula sobre Araucária, símbolo importante da nossa cidade.

SR. PAULO: Gente, só mais uma coisa muito legal. O local de nascimento das araucárias é no Chile. Ele nasceu na região do Vale do Arauco e lá existem outras espécies de Araucária e Araucária, Araucária. A palavra 'araucária', ela vem da língua mapuche, uma tribo indígena, Arauco, que significa água dura, porque lá eles têm a água com muito cálcio, né? E não 'sabonifica' direito. Mas é uma metáfora também, porque os índios mapuches, eles foram os únicos indígenas da América que venceram o exército espanhol, tiveram vitórias sobre o exército espanhol. Então tem essa relação, né?

E nós temos a cantora Violeta Parra, que nasceu em São Carlos, a Violeta Parra, ela é descendente de mapuches. Ela nasceu em São Carlos, que é uma cidade dessa região do Vale do Arauco, no sul do Chile, que é uma cidade irmã de São Carlos, que é o mesmo nome do nosso santo, é uma cidade irmã. É isso, gente. Me desculpe por falar demais.

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Paulo. Pessoal, então, dando seguimento à nossa pauta já publicada, gente. Essa primeira reunião é uma reunião de posse do novo Conselho. Na verdade, continuidade e alguns novos conselheiros. Nós tivemos, com a reforma da lei no final do ano de 2024, a inclusão da Secretaria de Justiça, uma secretaria recém-criada na estrutura do governo e também representantes do COMDUSC vindo para nossa composição. Então nós passamos de 22 conselheiros para 24 conselheiros, um representando o Poder Público e outro representando a sociedade civil.

Eu vou pedir, eu vou falar pelos nomes, vou pedir para que vocês se levantem, assim como quando eu for falando para que todos conheçam, né? Algumas pessoas são novas e alguns podem não conhecê-los. Então, na coordenadoria COMDEMA temos eu como secretário do Clima e do Meio Ambiente, né? E também o coordenador adjunto Robson, está aqui em cima. Da secretaria, representando a Secretaria Municipal do Clima e do Meio Ambiente como titular, a Giovana. Todos conheçam. Como suplente a Emanuela. No momento acho que Emanuela não está presente, mas a Giovana já está representando na secretaria. Secretaria Municipal de Gestão da Cidade e Infraestrutura, né? Para vocês também irem acostumando com a nova nomenclatura das secretarias, né? Representante titular: André Luiz Fiorentino. Representante suplente: Agnaldo José Spaziani Junior. Representando a Secretaria Municipal de Justiça, Jaqueline Costa Silva Freitas como titular, como suplente: Davner [...]. Representantes da Secretaria Municipal de conservação e qualidade urbana, titular é a Talita Ferrarini, não pôde vir, ela justificou que ela não poderia vir. Suplente é o Lucinaldo José [...]. Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Bem Estar Animal, titular: Rebeca Grecco Barbosa e o suplente é o Lucas Eduardo Jordão. Ela está presente. Representando a Secretaria Municipal de Educação. Nós temos como titular: Raphaella Marchetti e como suplente o Júlio César de Lucca Junior. Não assinaram a lista, acredito que não tenha ninguém representando a Secretaria de Educação. Secretaria Municipal de Saúde, titular: Vanderlei Gomes e o suplente Ângelo Nannini Neto. Só para informar, Talita acabou de chegar, acabei de

falar seu nome, Talita, por isso que eu aproveitei para já apresentar o pedido para que cada um se apresente. Talita é da Secretaria de Conservação e Qualidade Urbana, titular da cadeira. Representante da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Mobilidade Urbana como titular é o Fernando César Napolitano e como suplente: Paulo César Belluci. Esse ano a lista está aumentou. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia, titular: Ricardo José dos Santos. Suplente: Tiago Francisco Moreno. Pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto, SAAE, titular: Eduardo Alexandre da Silva Casado. Suplente: Priscila Lopes de Oliveira. Representante da Progresso e Habitação São Carlos, PROHAB, titular: Kleber Renato Lucchesi. Não o vi por aqui. Acredito que não tenha chegado. E o suplente Anselmo José de Oliveira Campos, representando a PROHAB. Representante da Defesa Civil, titular: Pedro Fernando Caballero Campos. Não é nada conhecido, né, Pedro? E o suplente é a Denise Cézanne Cabreira. Representante da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, a AEASC, titular: Laerte Rigo Jr, suplente: Caio Graco Hortenzi Vilela Braga. Representante no Conselho Regional de Biologia, CRBio, titular: Daniel Gonçalves da Fonseca e a suplente é a Natália Andreccioli [...]. Representante da Universidade de São Paulo, USP, titular: Guilherme Henrique Duarte de Oliveira, suplente: Eny Maria Vieira, Representante da Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, titular: Juliano Costa Gonçalves, não está presente. E suplente a Roberta Sanches, que acredito também não esteja presente porque a lista não está assinada. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, titular: Ellen Pessoa de Queiroz Ribeiro e suplente: Karina Granado. Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, titular: Victor Bertolucci Neto. Depois só assina a lista para mim, por favor. Suplente: Sandra Aparecida Santos. Representante de entidades ambientalistas da Associação para a Proteção Ambiental de São Carlos, APASC, Renan Meca Bontempo, representante suplente pela Associação Veracidade: Julian [...]. Também representante de entidades ambientalistas. Titular pela Associação Veredas: Paulo José Penalva Avancini, esteve aqui. E suplente pelo Amigos Salvando Amigos: Léa Chaparral Andrei. Representantes da sociedade civil Titular pela Associação de Moradores de Bairro: Rita Cristina Ferreira e também pela associação, agora suplente, pela Associação de Moradores de Bairro: Eduardo Araújo Silva. Representantes da sociedade civil, titular pela Associação de Moradores de Bairro: Erico Masiero. Suplente pela Associação de Moradores de Bairro: Rafael Pereira Alexandre. Estejam presentes. Representante também pela sociedade civil, mas do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de São Carlos, pelo COMDUSC, titular: João Carlos Pedrazzani. Como suplente: Paulo Sérgio Luciano. Representantes da Sociedade Civil APA Cuesta Corumbataí e Piracicaba Juqueri Mirim, Titular: Sônia Maria Couto Buck e suplente: Valter Alberto [...].

Nesse momento, eu declaro a posse de todos os conselheiros para que a gente tenha esse ano de 2025. Lembrando que nós teremos um processo de renovação do Conselho a partir do mês de agosto, conforme previsto no regulamento, conforme previsto pelo período do mandato. E aí nós seremos todo o procedimento que já é de costume de vocês. Oi, Renan.

SR. RENAN: Só um esclarecimento. Renan, pela APASC. Eu só queria um esclarecimento para entender um pouquinho melhor onde que a gente está pisando aí nesse mandato, nesse momento. Houve a revogação da antiga lei do COMDEMA, certo? Em dezembro, dia 20 de dezembro, e a partir disso foi criada uma nova lei do COMDEMA, certo? A gente está respeitando o mandato referente à lei antiga, ao mesmo tempo que a gente está reconduzindo membros a partir da lei nova. Aí eu queria entender como exatamente isso está acontecendo, já que a lei nova já previa novamente as assembleias de categorias e todo aquele processo mais completo. E como é que a gente fica nessa situação de estar considerando um mandato antigo, uma lei nova e novos membros da lei nova?

SR. PRESIDENTE: Perfeito. A gente pode deixar para discutir isso um pouco mais no final, respeitando a nossa pauta, A gente tem o pessoal do SAAE, que vai apresentar o termo de referência, aí em seguida nós teríamos, já vou aproveitar para antecipar o ponto quatro e ponto cinco da pauta de hoje, nós não teremos deliberações por conta de pedidos de retirada. A manifestação, a RPL Sete Irmãos, nos enviou um e-mail solicitando a retirada de pauta por conta de não estar com a manifestação ambiental. Não tem a manifestação ambiental pronta para vir para o COMDEMA e também o Residencial Progresso por conta de não estar com a documentação pronta para apresentação. Logo em seguida, a gente vai postar a discussão do Regimento Interno que vai ser elaborado por nós, nós enviamos uma minuta para que todos discutam.

SR. RENAN: Essa também seria uma questão. A gente podia sugerir inversão de pauta. Como sociedade civil, a gente estava discutindo, principalmente pela questão de que o regimento prevê o funcionamento do Conselho, né? Então, não sei se faria sentido a gente deliberar e discutir outras pautas sem ter, pelo menos, passado pela pauta do regimento.

SR. PRESIDENTE: Mas eu acho que concordo contigo. A gente poderia, mas acho que vamos respeitar o pessoal que já está aqui para fazer a apresentação, que não faz parte do Conselho. Apresenta... O regimento a ser construído por nós. Ninguém está querendo criar, mudar nada fora do normal. Só para gente seguir uma pauta que já está prevista no Diário Oficial, publicada e de ciência de todos.

SR. RENAN: Posso falar? A pergunta que eu faço é se a ideia é a gente aprovar hoje esse termo de referência, porque não acho que é assim. Não sei se todo mundo teve tempo para tomar conhecimento. Então acho que seria muito importante, muito legal mesmo eles apresentarem, mas enfim, deliberar hoje porque não teve tempo, né?

SR. PRESIDENTE: Tá bom, posso sugerir a apresentação e aí depois a gente aprecia se há um tempo maior, um tempo melhor? Pode ser?

SR. RENAN: Só queria solicitar uma última coisa, que é um pedido de informe, se eu puder fazer rapidinho. Foi elaborado um manifesto a várias mãos, junto com representantes técnicos da Prefeitura, os conselheiros da sociedade civil e, no final, ele tem uma solicitação ao COMDEMA, né? Então o manifesto assim. “Nós, conselheiros, suplentes e amigos atuantes do COMDEMA e do Meio Ambiente de São Carlos, viemos dessa reunião no dia 24, manifestar nosso repúdio às ações realizadas pelo Governo Neto Donato, junto à Secretaria Municipal do Clima e Meio Ambiente e Parque Ecológico. Chegou ao nosso conhecimento que nós, servidores municipais, dois do Parque Ecológico e sete da Secretaria de Meio Ambiente, estão sendo transferidos de forma não consensual das funções que desempenham, havendo indícios de graves prejuízos aos serviços públicos prestados por esses órgãos e ao meio ambiente local. O trabalho desses servidores é há muito tempo acompanhado por este Conselho, inclusive servindo de base para a conquista do COMDEMA, revertidas em melhorias no meio ambiente do município. É importante deixar claro que se tratam de funcionários de carreira há anos em suas funções, com conhecimento técnico e experiência nas funções que desempenham. Sendo, inclusive, incentivados e custeados ao longo dos anos pela municipalidade, complementações de suas formações para que forneçam um serviço cada vez melhor à população em suas áreas de atuação. Além dos claros e evidentes prejuízos relacionados ao fornecimento de serviços públicos oferecidos por estes servidores, nos causa certa estranheza a forma adotada pelo Governo para o procedimento das transferências, não havendo publicidade, clareza, coerência, tão pouco respeito com as pessoas envolvidas.

Nesse sentido, nós solicitamos que seja movida uma moção de repúdio do COMDEMA ao desmonte dos órgãos municipais envolvidos e que sejam prestados esclarecimentos pela Prefeitura Municipal das justificativas dessas transferências e da não necessidade do serviço de qualidade atualmente prestados por servidores junto às unidades”. Então, eu só queria solicitar que fosse avaliado a inversão de pauta, que a gente sugeriu, e depois também a apreciação dessa possibilidade de manifestação de repúdio.

SR. PRESIDENTE: Quem é que vai fazer a apresentação? Quantos minutos vai durante a apresentação? Priscila, cadê a Priscila? Tá, mas quantos minutos vai durante a apresentação de vocês? 15, 20 minutos? Pessoal, não vai ser 15 ou 20 minutos que vai fazer todos ficarem aguardando. A gente pode discutir isso depois até meia-noite, uma hora, duas, três horas da manhã, quando vocês quiserem. Não. Então vamos... Vamos finalizar a pauta. Vamos seguir até finalizar a pauta, depois a gente discute. A questão da das secretarias é um outro ponto que está um pouco alheio à discussão de hoje do COMDEMA. A gente pode trazer para o COMDEMA perfeitamente. Não me oponho a isso. Só que eu acho que a gente tem que seguir a pauta que já foi publicada no Diário Oficial. Todo mundo cientificado. Então, eu acredito que não vão ser 20, 30 minutos a mais que vão prejudicar a nossa discussão sobre a pauta. Olha, eu vou passar a palavra para Rita, depois eu vou pedir pro pessoal do SAAE iniciar a apresentação.

(falas sobrepostas)

SRA. RITA: Ali sobre o SAAE é só a apresentação, não é deliberação, né? Tá escrito apresentação, tá. Os outros dois não vieram. Eu concordo de seguir só porque houve essa... Porque se tivesse as duas outras apresentações, eu acho que a gente teria que rediscutir as prioridades diante de toda essa situação que

a gente está... Bom, gente, também me apresentando para ficar registrado. Rita, da Associação de Moradores. Obrigada, tá?

SR. RENAN: Eu acho que tem um acordo, já que não é deliberativo. São informativos para não atrasar esse processo. Mas eu acho que é importante que fique registrado que, em diversos momentos, a gente traz discussões centrais para o funcionamento do COMDEMA. Não só questões regimentais, mas temas extremamente sensíveis e eles são colocados em último tópico, são atrasados, são colocados para três ou quatro reuniões depois, temos vários assuntos, até o do rodeio que a gente trouxe aqui com a APASC para discutir, que demorou quatro meses para a gente conseguir colocar em pauta, discutir, encaminhou para as câmaras técnicas, câmaras técnicas não funcionam.

Então assim, a gente da APASC, melhoria das organizações da sociedade civil participa do COMDEMA, no sentido de construir uma proposta construtiva, de conversa, de diálogo, não quer impor nada. A gente quer que funcione, a gente quer que aconteça. Agora, novamente, a gente vai colocar o regimento por último, sendo que o regimento é o mínimo funcionamento do COMDEMA. Tudo bem, não vai ser deliberativo. Vamos aceitar dessa vez em prol da construção coletiva do processo, mas novamente registramos um processo de esclarecimento do que a gente poderia construir junto ao COMDEMA.

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Renan. Até já aproveito para reforçar, a participação nas câmaras técnicas, muito poucos conselheiros manifestaram interesse nas câmaras técnicas. Então vou pedir para que todos se manifestem, para que a gente consiga. Passar a palavra então para Priscila, para que faça a apresentação, ao Valderi, na verdade.

SR. VALDERI: Boa noite a todos. É de extrema importância a apresentação desse termo de referência pro Plano de Saneamento do Município de São Carlos. Muito porque ele começou na Secretaria de Meio Ambiente e com a deliberação ao SAAE para que a gente possa cuidar do saneamento do município, ele está sendo finalizado na nossa autarquia. A apresentação será feita pela Priscila, que é uma profissional da área técnica, de extrema competência. Ela veio para nossa autarquia para poder agregar o conhecimento técnico que eles têm nessa área de gestão ambiental. Então vou passar a palavra para a Priscila e ela vai fazer a apresentação do termo de referência para que a gente possa fazer a contratação da empresa que vai elaborar esse plano de saneamento no município.

SRA. PRISCILA: Pessoal, boa noite! Tudo bem? Todo mundo me ouvindo direitinho? Primeiramente, agradecer a presença de todos aqui hoje. É com muita satisfação que eu represento o SAAE e apresento para vocês também, né? A nossa intenção de fazer a contratação dessa revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico. Então, para deixar bem claro para vocês aqui, que a gente está fazendo a contratação de uma empresa para que a gente consiga fazer a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico, o PLS Sanca, que foi feito no ano de 2012, de acordo com a legislação federal vigente. Tá bom, pode passar. Então a revisão desse plano municipal, ela é obrigatória, tá? Ela é obrigatória, de acordo com a Lei Federal 11.445/2007, que é o Plano Nacional de Saneamento Básico, né? E o marco legal do saneamento que veio em 2020. Então com a contratação desse estudo, eu falo estudo, o Eduardo não gosta, é plano. Mas eu falo um estudo porque ele é tão, tão robusto, que vocês vão ver ao longo da apresentação, que eu considero que além do plano, a gente vai ter outros produtos que vão ser muito úteis para o município. Então a gente tem a obrigação de fazer essa revisão de acordo com a lei. Mas não só por isso, né? Para a gente conseguir fazer a universalização desses serviços essenciais de saneamento, que abarca os quatro eixos do saneamento básico, que é o abastecimento de água, esgotamento sanitário, a drenagem e o manejo de águas pluviais e o manejo de resíduos sólidos, que é o setor que eu trabalho atualmente lá no SAAE. Além de tudo isso, toda a obrigação por lei, a gente também tem o município, o elemento de maior cuidado para a saúde pública por meio da oferta de serviços de saneamento de qualidade para o município.

Então a contratação desse estudo vai fazer com que a gente tenha o diagnóstico, o prognóstico e todos os outros produtos que a gente vai falar ao longo da apresentação, tá bom? Então para gente fazer o processo licitatório, a gente tem uma série de documentos técnicos que a gente precisa juntar nesse processo licitatório para que a gente consiga fazer essa contratação. Então, a partir desses estudos técnicos, a gente chegou à conclusão que seria necessária fazer a contratação desse estudo. Então dentro do escopo dessa documentação técnica, nós elaboramos um estudo preliminar, né? Que se adequasse a melhor forma para a gente fazer a licitação do estudo. Tudo certo?

Então, o objeto da contratação é a empresa especializada para a elaboração da revisão e atualização do Plano Municipal de Saneamento Básico. A mobilidade vai ser por concorrência pública. O critério de seleção da vencedora vai ser a metodologia, técnica e preço e o prazo de execução previsto para a gente fazer o estudo e ter a entrega dos relatórios finais são 18 meses, tá?

Então, assim, falando dessa... Queria contar para vocês por que acredito que todos vocês tenham recebido a via do termo de referência, a minuta do termo de referência por e-mail, que o SAAE disponibilizou para o Conselho para que vocês tivessem a oportunidade de fazer uma leitura antes de vir para cá, para a gente construir um diálogo, mas eu queria contar para vocês... Pode subir. Isso, aí. Ótimo. Pronto. Eu queria contar para vocês como se deu o processo de construção desse Plano Municipal de Saneamento Básico, porque nós estamos aqui num grupo de diferentes pessoas, temos técnicos, temos pessoas da sociedade civil. Então é muito importante que todo mundo entenda, seja compreensível a todos e todo mundo também compreenda a importância de a gente fazer a revisão desse plano municipal.

Então o primeiro plano de saneamento básico, ele foi feito lá em 2012 e, de acordo com o Marco Regulatório do Saneamento e também do Plano Nacional de Saneamento Básico, ele deve ser revisado a cada dez anos. Então, o primeiro foi feito em 2012. Em 2022 começou-se a prospecção da sua revisão. Então, como o presidente já tinha falado no começo da apresentação, a primeira minuta desse termo de referência, ela teve a sua criação pela Secretaria de Meio ambiente no ano de 2023. Foi esse documento que o Meio Ambiente elaborou em 2023, a gente teve acesso para a gente conseguir construir em cima do que já tinha sido determinado previamente.

Certo. Então 2023, a gente teve a reestruturação do SAAE, né? Quando então os serviços de drenagem e manejo de resíduos, que anteriormente estavam na prefeitura de São Carlos, se tornaram atribuição da autarquia. Então, o acordo com a Lei Municipal 21.490/2023 os quatro eixos do saneamento básico, de acordo com o Marco, do saneamento básico, os quatro eixos foram para a autarquia, né? A intenção é a gente integrar esses serviços, fazer com que eles interajam entre si e, com isso, a gente consiga universalizar esses serviços. Tá certo? Pode passar. Então na continuidade na elaboração da revisão do plano em 2024, foi instituída lá no SAAE uma comissão interna para elaboração desse Termo de Referência. Então, no ano de 2024, juntou-se o oito ou nove membros dessa comissão, não me lembro agora, composto por todos os representantes dos eixos do saneamento. Então esgotamento sanitário, abastecimento de água, pessoal dos resíduos, o pessoal da drenagem, os superintendentes, o presidente e também outros interessados de dentro da autarquia participavam dessas reuniões para que a gente discutisse, visse essas questões técnicas, operacionais que o SAAE, ele tem todos os dias, porque somos nós que, realmente, fazemos o saneamento da cidade. Então é importante que a gente tenha esse arcabouço de conhecimento de todos esses técnicos e engenheiros que trabalham na autarquia para que a gente consiga ter uma visão holística do problema e ver o que a gente espera do estudo que vai ser contratado.

Então na comissão foi elaborada documentação técnica, não só o termo de referência, mas um estudo técnico preliminar, o documento de formalização de demanda, que são os documentos técnicos que eu contei para vocês lá no começo, a gente precisa ter para fazer o processo licitatório de acordo com a lei federal. Então tudo isso foi construído em coletivo. Todos nós conversamos, nós tivemos várias reuniões ao longo do ano de 2024 para que a gente conseguisse ir produzindo o documento de uma forma que ficasse mais clara o possível, mas também que fosse um documento de qualidade. Tá bom?

Então, no final do ano de 2024, em dezembro de 2024, a Comissão do SAAE apresentou uma nova versão para esse termo de referência. Foi revisada e ampliada, contemplando os quatro eixos do saneamento básico. Quando a gente mudou essa comissão foi o que eu disse, tinha um representante de cada eixo e os interessados, a gente juntou todas as ideias em um documento. Então essa minuta foi aprovada internamente em dezembro de 2024 e também foi submetida à apreciação do Ministério Público. Por quê? Porque o cenário atualmente responde uma ação civil pública a respeito da revisão desse plano municipal. Então, a cada trimestre a gente recebe, a gente tem um cronograma que a gente segue e aí a gente vai apresentando as documentações para o Ministério Público. Então, em dezembro de 2024, a gente encaminhou esse termo de referência. Não houve objeções. A única solicitação, na verdade, foi que a gente passasse para os conselhos municipais, para que tivesse [...] para essa contratação, que é

muito importante, né? Nós temos representantes de todas, todas as escalas sociais aqui do governo. Então aí a gente consegue construir, conseguir construir um diálogo plural, onde todo mundo dê as suas contribuições e a gente consiga fazer o melhor possível pelo município.

Então esse termo de referência que foi elaborado, né? Ele estabelece as bases para a contratação da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico como escopo de produtos e serviços. Eu trouxe o termo integralmente aqui para vocês, para passar para vocês, porque vocês já receberam por e-mail. Mas eu vou passar os principais tópicos para vocês terem conhecimento do resumo do documento, mas o documento integral já foi disponibilizado para vocês. Então aqui vai ficar bem resumidinho mesmo, tá? Então, o Plano Municipal de Saneamento Básico. O que que a gente espera que a contratada entregue para o município a partir da elaboração desse plano? Pode ir para frente, por favor. Isso. Não, pode voltar. Isso, perfeito. Então, o Plano de Saneamento Básico, a gente espera que a contratada nos entregue um cronograma de trabalho, o diagnóstico do saneamento básico municipal, o prognóstico saneamento básico municipal e a consolidação da revisão desse plano. Isso é o esqueleto principal do nosso plano. Então, como um dos produtos da revisão desse Plano Municipal de Saneamento Básico, a gente tem a criação dos Cadernos Setoriais de Saneamento Básico, cada um relativa a cada eixo, abastecimento, esgoto, drenagem e resíduos. Pode passar. Então esses Cadernos Setoriais, então, são compostos de elementos que assim, a gente em discussão considerou essencial e vai trazer o diagnóstico da situação atual de cada eixo do saneamento, identificando as condições atuais, também apresentar o planejamento e metas para cada eixo e ações estratégicas para melhoria desses serviços para o município. O tópico de Gestão Operacional também vai abordar esses processos e os recursos utilizados na execução das atividades.

Então ele vai propor atividades e ele também vai nos propor também como executá-las. Então, dentro desses cadernos setoriais também, a gente quer incentivar à gestão participativa, que é muito importante, né? A gente integrar a sociedade civil, as universidades, a Prefeitura, o SAAE, todos nós, para discutir esse tema que é tão relevante para o município e ele deve ser desenvolvido com uma base em uma análise detalhada da situação atual. Então esse Caderno Setorial, ele vai vir como um resumo do diagnóstico que foi feito pela empresa. Daí, a partir dessa análise detalhada, a gente consegue ter uma definição das metas que a gente precisa seguir ao longo dos próximos dez anos, que cada revisão é a cada dez anos. Então nos próximos dez anos, a gente tem essa questão de ter uma definição dessas metas, o que a gente precisa fazer para que a gente garanta a eficiência dos serviços de saneamento no município.

Dentro também do escopo de produtos e serviços, a gente vai ter um momento das quatro audiências públicas, certo? Impreterivelmente em localização acessível a todos os interessados, para que o maior número de pessoas interessadas da sociedade civil também consiga participar e dar a sua opinião quanto a cada eixo do saneamento. Então essa primeira audiência pública vai ser esse momento para a gente apresentar essa proposta da revisão do plano e do Plano de Saneamento. A contratada vai apresentar o propósito e o cronograma de trabalho. Na segunda audiência pública, a gente vai fazer a discussão e validação dos dados, do diagnóstico e do prognóstico. Na terceira audiência pública, a gente pretende fazer a apresentação do conteúdo completo da revisão para a sociedade civil e a todos os interessados que queiram participar das políticas públicas. E a quarta audiência e última é para validação da revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Então as audiências públicas, elas vão vir como uma forma da gente apresentar um diagnóstico do que está acontecendo, qual a situação dos quatro eixos do saneamento básico no município, proporcionar essa oportunidade da contratada, do município, da sociedade, da gente ter esse momento de tomada de subsídios, para gente consolidar as informações que vão ser levantadas pela contratada e a gente também consiga ver quais são as demandas do município, né? O que que o município precisa melhorar? O que no município está indo bem? Para que a gente possa ir se ajustando nesses próximos dez anos, certo?

Então é muito importante também. A contratada vai fazer no final de cada audiência pública a sistematização das discussões. Então vai ter a ata de cada audiência pública onde a gente vai ter tudo que for discutido para que a gente também consiga fazer um resumo das opiniões, opinião pública, porque a gente também vai aproveitar isso para o plano, certo? Mais um produto que a gente espera

contratar pelo preço de referência, certo? São as oficinas temáticas também, cada uma referente a cada eixo do saneamento. Então essas oficinas temáticas, elas vão apresentar um resumo da atual situação do saneamento básico de cada eixo. Então a contratada vai fazer essa oficina temática com a sociedade civil, com os interessados e a partir daí, nesse momento, vai ser o momento onde a contratada, a Prefeitura também consegue dar publicidade ao andamento para cada eixo, para que tenha essa oportunidade de ter essa conversa, né? As audiências públicas vai ser um momento de discussão, mas as oficinas técnicas vêm com essa ideia de refinar o assunto com cada tema para que a gente consiga construir novas ideias, novos programas ambientais a partir da participação das oficinas temáticas. Assim como as audiências públicas, as oficinas também vão ser sistematizadas. A gente vai ter o resumo, tá bom? E deverá contextualizar o processo de construção do saneamento do Plano Municipal. Então a gente vai ter esse momento também para ter essa troca entre autarquia, Prefeitura, sociedade civil e a contratada também, para que a gente consiga ir delineando. Então, por isso que foi muito importante lá no começo da apresentação, de falar a gente está aqui apresentando o termo de referência para contratar o estudo. Esse aqui não é o Plano Municipal de Saneamento. Então a gente vai ter vários outros momentos para a gente conseguir delinear o plano municipal durante os 18 meses de execução do estudo.

Então, são quatro oficinas temáticas, cada uma em cada eixo. Então a gente vai buscar a situação atual de cada um dos eixos do município, onde será realizada também uma coleta de informações, como eu já expliquei anteriormente. Então, já estamos chegando no final da nossa apresentação. Isso aqui é um fluxograma para que a gente consiga visualizar o que a gente espera dessa contratação, certo?

Então, o Plano Municipal de Saneamento Básico, ele vai ter a fase de elaboração, com a apresentação do cronograma de trabalho, diagnóstico, prognóstico e sua consolidação. Nós teremos as audiências públicas com apresentação inicial da ideia do que a contratada espera entregar desse estudo. A fase de diagnóstico, prognóstico, apresentação do conteúdo final e a sua validação. As oficinas temáticas e os Cadernos Setoriais, ambos são referentes aos quatro eixos do saneamento básico. Tá certo?

Então é isso. Considerações finais. Eu coloquei aqui para gente deixar delineado que quem vai ser responsável por cuidar da execução do plano? Quem vai ser aquele que vai ser o gestor e o fiscal dessa contratação, né? Então, no próprio termo de referência, a gente não deixa isso delineado porque o desenvolvimento e o resultado dos trabalhos serão acompanhados de forma permanente pelo Grupo de Acompanhamento do SAAE de São Carlos. Então o SAAE, ele assume a sua pessoa de presidente, vai criar um grupo de técnicos onde vão fazer esse acompanhamento da execução desse estudo, certo? E a partir daí, através da apresentação dos relatórios mensais que a contratada deve apresentar e as reuniões periódicas que vão ser feitas pelo representante da contratada e todos os outros momentos que vão ter também audiência pública, oficina temática.

Então, é muito importante que o gestor do contrato, ele deve conhecer e entender profundamente do projeto e dos serviços que são solicitados nesse termo de referência, certo? Então a questão também, coloquei uma questão mais técnica aqui. Então, que a autarquia vai ter que constituir esse grupo técnico de acompanhamento em até 15 dias corridos da assinatura do contrato. Então assinou o contrato, contratou o estudo, o SAAE já tem que ter esse grupo técnico formado para a gente fazer a fiscalização, a gestão da contratação desse estudo para ter um acompanhamento, para a gente conseguir dar a nossa cara também para o Plano Municipal, certo?

Então é isso. Essa aqui é uma parte da legislação consultada, a gente consultou mais coisa, mas para a gente fazer essa apresentação, a gente deu uma ênfase na parte da legislação municipal, legislação ambiental municipal vigente. Bom, era isso. A gente agradece a atenção de todos. E agora eu passo a palavra para o Junior.

SR. JUNIOR: Eu vou até... Não sei o que quer falar alguma coisa. E abrir se alguém, não sei se esse é o momento para que eles façam alguma consideração sobre ou alguma sugestão.

SRA. PRISCILA: Acho importante.

SR. JUNIOR: Se alguém tiver alguma sugestão a fazer a contratação de um termo de referência. A apresentação de termo de referência para fazer contratação de estudo. Alguém tem alguma contribuição a fazer? Sim? Falta só um minutinho.

SRA. JULIA: Oi, boa noite, Priscila. Uma pergunta, duas perguntas, na verdade, claro. Primeiro, qual é a relação dessa comissão que vai acompanhar o Plano de Saneamento com a própria Comissão do Plano de Resíduos, uma vez que o Plano de Saneamento é uma meta da Comissão de Resíduos, que foi iniciado um trabalho da Comissão de Resíduos. Então, como é que foi essa discussão lá dentro? E a segunda pergunta eu não tive tempo de me aprofundar na leitura desse documento, mas é que qual que vai ser o enfoque dado para a área rural? Porque o saneamento na área rural ele é bem diferenciado de metodologia, enfim. E como é que vai ser pensado isso da área rural, que não é contemplada pelo atual Plano de Saneamento?

SRA. PRISCILA: Excelente. Julia, eu vou acatar a sua sugestão de, quando for formado esse grupo de acompanhamento, a gente converse com a presidência, veja a possibilidade da gente fazer isso de uma forma que a gente consiga colocar representantes da sociedade civil. Mas atualmente, para a gente fazer o controle, a fiscalização desse contrato, a gente vai colocar uma comissão interna do SAAE, certo? E a segunda pergunta. Essa era a pergunta da comissão. A segunda pergunta é a área rural. Ótimo. Excelente tópico.

Antes de apresentar aqui para vocês, eu conversei com o professor [...] e ele também se atentou a isso, né? Que a gente também precisa pensar na área rural, porque a gente foca muito na zona urbana, mas acabamos esquecendo da zona rural, que também é muito importante, porque é uma situação especial de saneamento, né?

Então isso eu acho que é um tópico muito importante. A gente tem que colocar isso quando estiver sendo construído o plano. Então nas oficinas temáticas, nas audiências públicas, a gente sempre ir colocando esse tema, certo? O Eduardo vai me ajudar a escrever também.

SR. EDUARDO: Oi, Julia. A comissão que ela se referiu aqui, ela é exclusivamente para fiscalização da gestão contratual, né? O andamento contratual, óbvio, o atendimento que está no termo. Mas nas audiências públicas e tudo, eu acho que a gente pode pensar em ter alguma publicidade, vamos dizer, disso para trocar essas informações. É óbvio que vai ter que ter as interações com a Comissão de Resíduos, a parte de resíduos... Não é problema. E o plano, ele realmente abrange o saneamento do município. Então é do município, não faz a referência, né? Há algumas coisas mais específicas, que é a parte da drenagem, que é realmente drenagem urbana porque tem a regulamentação federal e tudo, mas a parte de esgotamento sanitário, isso tudo, ele abrange. Então o diagnóstico, prognóstico e Plano de Desenvolvimento Urbano, a contratada vai ter que apresentar realmente pro município como um todo. Só para esclarecer.

SRA. PRISCILA: Perfeito.

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Júlia. Obrigado, Eduardo. Vou passar a palavra ao Paulo.

SR. PAULO: Bem, eu quero inicialmente saudar o nosso Serviço Autônomo de Água de Esgoto, que tem muitos problemas e muitas críticas, né? Mas eu tenho 69 anos de idade, eu acho assim, que o SAAE, eu tenho orgulho, como são carlense, do Serviço Autônomo de Água Esgoto de São Carlos. E confesso para vocês que o maior temor que eu tenho é que a gente anda numa onda, principalmente no Brasil e no Estado de São Paulo, de privatizações e que ele venha a ser privatizado. E ele foi construído com os esforços nossos, são carlenses. Muita gente do passado doou terras para usar e para preservar as nossas nascentes para fornecimento de água, né? Então, são décadas e décadas de construção, né?

Mas por que que eu acho que apesar das críticas que todas nós podemos ter, inclusive os próprios funcionários do SAAE, porque são atribuições muito... Com muita responsabilidade, né? Mas assim, como eu estava dizendo, eu tenho 69 anos de idade. Eu nunca ouvi alguém falar que uma pessoa foi intoxicada por tomar água de uma torneira do SAAE. Nunca. Eu tenho 69 anos.

Eu comparo isso com as nossas ferrovias, que foram exterminadas em função das rodovias, né? Por imposição colonialista das sete irmãs do petróleo e a indústria automobilística toda. Imagina quantas pessoas já morreram nas nossas estradas rodoviárias, né? E em ferrovia, eu nunca ouvi falar em acidente de trem. Nós ouvimos falar, mas em outros locais, né?

Então, eu acho isso muito notável, né? A gente bebe, eu vou na casa das pessoas, eu prefiro a água da torneira do que a água do filtro. Porque o filtro, a gente não sabe se está filtrando, se não está filtrando, né? Se a caixa d'água tem rato, não tem rato, tem isso. A água da torneira, a gente confia, né? Isso é

muito importante, né? E também sempre fui favorável para o SAAE assumir os quatro itens de saneamento básico ambiental que a Lei Federal do Saneamento criou, né?

Agora, eu acho que a forma como foi feita essas atribuições, eu acho que não foi transparente. Eu acho que foi um pouco precipitada. Não houve discussão na sociedade, não houve discussão nem na Câmara Municipal. Então, isso causa preocupação. Agora eu vejo de forma muito positiva, salutar, essa iniciativa que está contratando uma empresa para fazer um bom Plano Municipal de Saneamento.

Eu acho assim, que a gente deve ter oportunidade para a gente conversar com mais detalhes. Eu não tive tempo de dar uma olhada, né? E acho que é pertinente aqui, até porque esse plano é muito importante, que a gente não crie delongas. Eu não quero, como conselheiro do COMDEMA, criar mais delongas, mas eu acho que é precipitado também a gente aprovar sem que a gente tenha tido um pouco mais de discussão, porque isso foi discutido só internamente dentro do SAAE.

Eu acho que, na nossa sociedade de São Carlos, especialmente em São Carlos com duas universidades, com departamentos na área de saneamento, a gente tem muita contribuição que possa dar. Mas eu acho muito pertinente que a gente fixe um prazo para isso. Eu acho que essa discussão é pertinente, a gente fixar agora um prazo para que o COMDEMA dê a sua contribuição final até, vamos dizer, 30 dias ou 60 dias, não sei, o SAAE pode se pronunciar, o que eles acham razoável também. Eu tenho certeza que a gente tem contribuições.

De ordem geral também, mas eu acho que vai ter tempo, eu acho que a lei fala em um planejamento para dez anos, a revisão tem que ser feita em dez anos, mas eu acho que é importante que quem for fazer esse plano pense em prazos maiores. Você pensa em prazos maiores. Eu acho que, pelo menos, 20 anos. Você tem que ver o que você quer a longo prazo, né? Porque dez anos é muito pouco, né? Mas é claro que a revisão tem que ser feita. Então, a nível de contribuição, era isso que eu queria falar, né? E depois a gente aprofunda mais outros temas, porque eu fiquei muito contente de saber das oficinas técnicas e das audiências, né? Porque é fundamental, porque o SAAE trata da nossa vida. A gente vive por causa da prestação desse serviço, senão a gente não vivia. Então, tem que ter muita participação. Não é tradição nossa de participação. Agora, nós vivemos num regime democrático e a democracia exige participação, exige esforço nosso, principalmente dos técnicos, que a gente vem de uma tradição de técnico decidir em gabinete, sem ouvir a população, né? E se nós estamos prestando serviço para a população, a população tem que ser ouvida, né? Vamos tentar. E não é tradição nossa, por isso que nesse plano tem que se colocar coisas assim, que isso seja feito e bem feito. Muito agradecido.

SR. DERIKE: Boa noite! Deixa eu só complementar a observação que o Paulo Mancini fez. Paulo, é o Derike, presidente, quem está falando, tá? Eu estou como presidente do SAAE, como vocês sabem. Mas só para deixar vocês tranquilo, viu, Paulo? Não é vontade do nosso prefeito Netto Donato privatizar o SAAE, tá? E a minha gestão como contador no SAAE não é para organizar o SAAE para uma venda, né? E eu estou lá para que a gente possa organizar o SAAE de forma administrativa. Então assim, nós não vamos privatizar o salário, tá? Então o SAAE é de São Carlos, assim como o nosso prefeito já falou, né? O SAAE tem, como o senhor mesmo mencionou, eu enquanto presidente da autarquia, tenho a tranquilidade de falar pode consumir a água na torneira sem que ela passe pela caixa d'água, né? Então, a água vinda diretamente da estrutura da rua, o abastecimento da rua, né? Essa nós temos, inclusive acreditação pelo Inmetro, da qualidade da água que nós servimos em São Carlos.

Então o SAAE tem uma água com selo do Inmetro. Vamos falar dessa forma, né? E nós temos o privilégio de poder captar a água superficial diretamente de nascentes, né? Isso é um privilégio para poucos municípios. E o nosso Ribeirão Feijão, ele é um rio limpo, né? Nós não temos influências diretamente nele e isso nos tranquiliza. Mas ao mesmo tempo, a gente precisa passar para a população a conscientização do uso racional da água, né? Hoje a gente percebe que o volume de água tem se diminuído claramente lá na autarquia, né? Hoje, 40% é feito por captação superficial e 60% por reservatórios, que é a captação subterrânea. Mas pode ficar tranquilo, nós não vamos privatizar o SAAE e isso é uma decisão não só minha, mas do próprio prefeito Netto Donato, tá bom?

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Derike. Renan pediu a palavra também. Só vou pedir para falar o nome, está gravando para gente, para gente depois identificar na transcrição.

SR. RENAN: Boa noite. De novo, Renan da APASC. Eu tenho duas dúvidas. Antes gostaria de parabenizar a apresentação. Acho que a proposta está bem interessante, com as oficinas, com as audiências. Acho

que a gente consegue produzir um trabalho bem transparente e isso é muito importante. E além de parabenizar o trabalho de vocês, acho que é importante também a gente parabenizar o Ministério Público nesse processo. Eu acho que trouxe mais transparência e mais acesso a essa questão, que a gente está falando do SAAE, de tudo que foi falado aqui, acho que faz muito sentido. Mas, a partir do momento que a gente trouxe muito serviço, muito trabalho novo para o SAAE, gente acabou distanciando um pouco da transparência e do acompanhamento, pelo menos é algo que... A gente não tem um conselho do SAAE, por exemplo, a gente não tem um espaço, a gente tem algo muito próximo, que é da área da CCJ, mas é um conselho que, pelo menos, via APASC, a gente nunca conseguiu ter contato, não sabemos as indicações, nem ver a própria área, a gente não consegue ter uma resposta concreta ou um apoio deles para entender certinho o que está acontecendo. Seria a Agência de Saneamento que faria o papel de fiscalizar o trabalho do SAAE.

Então, agradecer por esse processo de a gente conseguir ter um pouco mais de transparência do que está acontecendo. E as duas dúvidas que eu tenho, eu vi bem no finalzinho que foi citado o 'pgrs' na lista de leis consultadas no município. Aí eu ia perguntar como é que vocês consideraram, porque o Plano de Saneamento ele tem essa interface com 'pgr' dos resíduos sólidos. E pelo que eu entendo, tem alguma avaliação de conteúdo mínimo ou de abordagem, já com 'pgr' nossos, ainda é válido, é muito recente para não ter retrabalho e a gente conseguir ter um diálogo dos planos, né? Eu queria saber se vocês consideraram isso, como é que vocês consideraram isso.

E o segundo ponto, já foi contemplado pela Júlia, mas eu queria destacar a importância da proximidade com o Fórum de Resíduos que a gente tem aqui em São Carlos, que é um grupo que tem muita capacidade de contribuir e construir em conjunto. Não sei se já está tendo esse diálogo e eu não estou sabendo, mas é uma questão que é importante considerar os futuros, tanto na fiscalização do contrato quanto no processo de elaboração. Obrigado.

SRA. PRISCILA: Eu agradeço as suas considerações. Quanto às suas dúvidas. Como a gente veio apresentar, a gente está aqui para ouvir as sugestões. Então, isso com certeza vai ser considerado para a gente conseguir ter essa participação da sociedade civil e interessados, certo? Isso é algo que a gente precisa estudar, porque a gente veio apresentar o termo de referência e como que a gente vai fazer a gestão dele dentro do SAAE. A gente não pensou nisso com as esferas externas, mas a gente vai pensar. Agora, a questão do permitirmos ser integrado com o Plano de Saneamento Básico, a gente colocou dentro do termo de referência que um dos itens vai ser que a contratada faça uma consulta, uma prévia consulta da legislação ambiental do município, principalmente o que já está vigente, para que a gente consiga ter essa interface, que a gente consiga aproveitar o que já foi feito. A gente não, de forma alguma vai desconsiderar o que a legislação já nos oferece, mas aí dentro desse plano, a gente também vai ter novas ideias, porque a gente até possa regulamentar algumas leis que já estejam vigentes e precisam ser olhadas com maior carinho.

Então, o Plano de Saneamento, como ele abarca esses quatro eixos, a gente consegue trabalhar nesses quatro eixos de uma forma, até de uma forma pontual, né? O plano para a gente trabalhar nos quatro eixos, a partir desses quatro eixos, a gente tem esse diagnóstico, né? E foi o que o professor Paulo Mancini também comentou, que acho que é fundamental a questão do prognóstico. A gente falou nos dez anos por que é obrigação por lei a gente fazer essa revisão. Mas o prognóstico a gente espera que seja feito uma estimativa de dez, 20, até 30 anos para a gente também pensar na questão da expansão urbana, da demanda de serviços, isso tudo vai ser abarcado dentro do plano, certo? Tem mais alguma pergunta, gente?

SR. PAULO: Rapidinho também. Acho que as contribuições do Paulo e da Julia foram importantes. Do Renan também. Eu vou fazer uma questão um pouco mais geral, né? Porque eu não conheço os detalhes do plano, mas eu acho que todo plano que a gente faz, ele tem um desafio dele não ser tão genérico que fique praticamente inútil, mas também ele não vai ser muito específico, porque ele é um plano, ainda mais um plano como esse que já abarca quatro eixos gigantescos, né?

Então, acho que o coração do plano, ele é o diagnóstico. Então eu queria perguntar para vocês se vocês já têm um detalhamento mínimo de quais estudos de diagnóstico a Prefeitura e o SAAE vão pedir para a empresa fazer por dois motivos. Primeiro porque no sentido mais de conteúdo, né? Quando a gente coloca de forma muito genérica no termo de referência, a empresa fica um pouco sem orientação e ela

vai fazer o mínimo necessário, né? E aí pode ser que nas oficinas comecem a surgir algumas dúvidas e algumas ideias de que: Bom, para eu responder isso ou para eu projetar isso aqui pro futuro, eu precisaria ter um diagnóstico que a empresa não fez.

Então é preciso que o escopo diagnóstico esteja minimamente bem amarrado dentro do termo de referência para que a empresa seja obrigada a fazer aquilo. E isso também vai refletir no preço do contrato. Porque se você coloca outras demandas da empresa no meio do caminho, você vai ter que ampliar o valor. Então, só para rapidamente vocês esclarecerem para o público aqui quais são esses estudos que vocês estão pensando e se já tem minimamente definido e também se tem um prazo para talvez os mais especialistas aqui em cada área darem sugestões em um ou outro ponto. “Não, acho que vai precisar de um diagnóstico a mais aqui ou ali e tal”, né?

SRA. PRISCILA: Ótimo. Excelente colocação, Paulo. Muito obrigada. Dentro do termo de referência, a gente coloca a consulta bibliográfica que compõe uma parte que é obrigatória da empresa fazer, certo? E a metodologia que vai ser usada vai ser a matriz SWOT, que você faz o cálculo de fraquezas, de forças. Então a gente sugeriu que fosse feito pelo método SWOT, certo? Só que é contratada também pode sugerir novos tipos de diagnósticos e vocês também, né? Se a gente está numa fase de construção, né? A gente veio aqui apresentar esse documento que o SAAE fez, né? Mas estamos abertos a contribuições de todos. Se vocês quiserem aprofundar isso, ler o termo de referência, [...], “Olha, Priscila, está faltando isso, está faltando aquilo”. No momento, a gente não tem um prazo muito longo, porque a gente está respondendo uma ação civil pública, né? E a gente segue todo o prazo que é determinado judicialmente. Então a gente vai conversar sobre isso, ver o que que pode ser feito, mas atualmente o diagnóstico que vai ser utilizado vai ser o método da matriz SWOT, certo? Respondi sua pergunta?

SR. PAULO: Em parte.

SRA. PRISCILA: Em parte...

SR. PAULO: Mas a preocupação é essa: quanto específico a empresa vai [...].

SRA. PRISCILA: Ótimo, o Eduardo vai complementar.

SR. EDUARDO: O termo, ele prevê, ele tem, como a Priscila falou, a sugestão de abordagem, como a empresa vai abordar, Mas está definindo bem claramente o que deve constar, os requisitos mínimos, o diagnóstico que a gente espera. Aqui foi uma briga e uma apresentação praticamente em tópicos, árvore de tópicos.

SR. PAULO: Por exemplo, diagnóstico de vida útil dos poços? Em detalhes. Se vai ter que pegar mais longe da cidade.

SR. EDUARDO: Sim, sim, sim. Cada coisa está previsto. Então ele tem que dar o diagnóstico da parte de abastecimento, quantitativo, qualitativo, esgotamento, as questões de tratamento, ainda hoje da própria estação de tratamento, propor até a instalação de novos. Então assim, ele está bem definido. Complementando também a questão aqui do Renan, colocou ainda bem aqui dos resíduos. Ele não sobrepõe, não exclui, não substitui, ele complementa, né? Até porque os planos precisam se conversar, né? O Plano de Saneamento com o macro e como a gente partiu de um plano que... Não é bem a palavra, hierarquicamente abaixo daquele específico, mas ele é robusto, ele é bom. E aí o Plano de Saneamento vem complementar e dar essas informações.

E aí assim, em linhas gerais, o que a gente está trazendo aqui, esse termo de referência, a apresentação do termo de referência, ele está consolidado e referendado já dentro da ação civil pública. Então, uma das obrigações que a gente tinha era trazer isso aos conselhos para que seja, tanto no SAAE, a instância de participação, isso foi garantindo, o próprio termo garante isso, que a execução do plano, ela traz a participação da sociedade em oito momentos porque a gente tem as quatro audiências e tem as quatro oficinas, né? E ali, lógico, ali vão ter contribuições, vão ter ajustes, vão ter... O plano, a execução dele é dinâmico. O termo é um documento técnico. Isso aqui é um documento, a formalidade a gente está atendendo aqui, foi construída atendendo a lei de licitação, foi construída atendendo os requisitos do saneamento que a gente espera da contratação para realmente ter a prestação do serviço com qualidade e eficiência.

Mas a execução do plano é essa sim, que a gente buscou garantir, o Ministério Público também assegurou isso, que a gente tenha a participação efetiva da sociedade. Isso está na ação, isso é obrigação do município, por meio do SAAE, que ficou incumbido disso. Mas assim, a participação está garantida lá e é

lá, naquele momento, que a gente vai trazer a contribuição. Aqui é, vamos dizer assim: Olha, saiba que vamos fazer isso e a participação está garantida, está assegurada aqui, quando tiver o contrato em andamento. O contrato não vai ser uma caixa preta que, ao final de determinado período, a gente joga isso aí e fala assim: Esse é o Plano de Saneamento. Plano de gaveta não serve. Não é o que a administração pediu para gente. Não é o que a lei pede. A gente não pode ter plano de gaveta, não nesse sentido.

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Eduardo. Mas alguém tem alguma contribuição para fazer?

SR. JULIO: Boa noite. Meu nome é o Julio Palhares. Eu fui do COMDEMA durante vários anos pela minha instituição, mas hoje estou aqui como cidadão, não como conselheiro. A minha dúvida é: Já tem um recurso alocado para contratação dessa empresa?

SR. PRISCILA: Sim. Já foi empenhado na LOA o investimento.

SR. JULIO: Qual que é o valor?

SR. PRISCILA: O valor está no termo de referência é de R\$ 3.2 milhões.

SR. JULIO: Então porque, para mim, que se não é uma obrigação da lei que seja contratada uma terceira parte para fazer o plano, porque a opção de contratar uma empresa? Porque tudo que vocês falaram aqui são competências intrínsecas da instituição. Diagnosticar qual prestação de saneamento na cidade é o dia a dia da autarquia, saber qual é a situação e prognosticar qual seria o futuro, né? Você mesmo falou agora, respondendo para o colega, que vocês sugeriram fazer uma matriz SWOT, que é uma metodologia para identificar fragilidades, impotências e tal.

Então, certamente o SAAE tem competência e corpo técnico para fazer o plano, tanto que vai ser eleito um corpo técnico para acompanhar se a empresa está cumprindo o contrato. Porque a opção de contratar uma empresa se muitas das coisas que vocês apresentaram é o dia a dia da instituição? Essas informações você já tem. Vocês não precisam de um terceiro para dizer qual que é a situação do saneamento na cidade. Por quê?

SR. DERIKE: Boa noite, Palhares. Tudo bem? Essa é uma dúvida inicial nossa, isso é uma dúvida, realmente a gente como administração no geral, pensou quando a discussão do plano se iniciou ainda na Secretaria de Meio Ambiente, né? O que que a gente vai fazer? Nós temos condição, nós temos todas as informações disponíveis, porque condições e corpo técnico é uma coisa, pode ser complementado, pode ser contratado um novo servidor, alguma coisa assim.

Mas o que a gente começou a perceber é que a gente não tem todas as informações disponíveis, não na qualidade e quantidade suficiente para poder analisar e fazer a projeção desse futuro. Essas informações são importantes. Então ia começar a resultar em pequenas contratações. A gente ia ter que começar a contratar. Então você tem que contratar lá um diagnóstico de poços. A gente ia ter que contratar um diagnóstico de poços, um diagnóstico de águas superficiais. Então ia começar a fazer uma fragmentação da contratação, isso não seria interessante, a gente não teria talvez um tempo adequado. Teria assim múltiplas contratações do que pode acarretar, né?

Então assim, no estudo que a Secretaria de Meio Ambiente iniciou, ela já previa a contratação de uma consultoria para dar suporte a isso, né? Esse desenvolvimento da revisão do plano. Depois, quando foi para lá, com o aumento do resíduo e da drenagem, nós falamos: Então considerando a base que a secretaria tinha feito e a gente já em um estudo preliminar, isso consta do processo, a gente identificou logo: Não, tem que contratar. Vamos pegar uma empresa então. que faça o diagnóstico completo. Foi uma decisão com base no estudo técnico preliminar que a gente fez ali. Foi uma decisão administrativa que precisava ser tomada, mas para fazer uma contratação única.

SR. PRESIDENTE: Ok. Julia.

SRA. JULIA: Não só rapidamente. Para não alongar muito a discussão, que tem outras pautas também. No item 6.1.8 fala do Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico: "Terá como atribuição prestar apoio quando necessária a contratada e analisar e subsidiar a aprovação de produtos apresentados pela contratada". Como já teve aqui no COMDEMA discussão sobre o Plano de Saneamento, essa composição desse comitê de coordenação, na primeira discussão que teve, foi uma coisa que gerou bastante discussão e gerou bastante sugestão de qual seria a composição, que eu acho que não está especificado aqui.

Então acho que seria muito válido pegar o registro, que tem até uma discussão que já foi iniciada, inclusive enviar para os conselheiros, porque só para gente não perder, porque aí muda o conselheiro, muda a composição do conselho e perde a discussão, a gente já gastou um tempo grande aqui discutindo qual que poderia ser a composição dessa... Lógico que muda a secretaria, muda os nomes levemente, mas a ideia está ali, né? Então acho que seria interessante enviar para todo mundo a ata e resgatar essa discussão e incluir essa contribuição, porque, enfim, foram 30 minutos, no mínimo, discutindo isso.

SRA. PRISCILA: Eu estava presente, eu era conselheira na época. Foi uma longa discussão. Inclusive isso está mencionado no termo. A primeira minuta que vocês apresentaram para gente já tem a lista de todas as instituições que tinham sido deliberadas no COMDEMA lá em 2023, quando vocês vieram apresentar a primeira minuta. Então isso já está no termo de referência. A gente não colocou de novo, mas vamos levar essa sugestão, certo? Conversar e deliberar com o presidente aqui para que a gente faça esses ajustes que precisam ser feitos, certo?

SR. PRESIDENTE: Ok, mais alguém? Não? Então agradeço ao Derike que, na pessoa do Derike, cumprimentar toda a equipe do SAAE que esteve apresentando a proposta do termo muito importante para nossa cidade e espero que a gente construa um plano de saneamento básico forte para o nosso município. Parabéns!

SRA. PRISCILA: Muito obrigada! Obrigado a todos. Boa noite. Laerte. Laerte, gente, desculpa, o Laerte quer falar.

SR. PRESIDENTE: Só um minutinho, vou passar para o Laerte e já volto para você. Desculpa, Laerte.

SR. LAERTE: Boa noite. Laerte Vivo. Como forma de substantivo, aliás, que também entende que a gente tem que ter pelo menos 30 dias para que o COMDEMA faça suas contribuições por ofício. E não simplesmente o que nós pensamos, temos pelo menos 30 dias para essa contribuição, principalmente em relação ao diagnóstico. Nós temos um problema sério, nós não conhecemos nosso modelo físico em São Carlos. E a gente, dentro desse conselho, não é de hoje a gente tem falado, que a gente tira a água subterrânea sem saber depois o que a gente faz. E também não temos ninguém do departamento de serviço de água que entenda de água subterrânea ou de hidro [...]. a gente tem chamado atenção e não é de hoje. Existem técnicos, na minha opinião, que não tem atribuição para isso. Então a gente pede 30 dias pelo menos.

SR. PRISCILA: Combinado, Laert. Agora é o professor Paulo Mancini.

SR. PAULO: Eu passo porque eu ia falar é exatamente o que o Laerte. Essa proposta de deliberar em 30 dias.

SR. PRISCILA: Ok? Tudo certo? Então eu vou entregar.

SR. DERIKE: Na verdade, só um esclarecimento, né? Esse TR, ele não é para ser deliberado pelo Conselho. Ele é para ser apresentado aos conselhos, tá? Então a gente não vai ter o momento de deliberação, se a gente aprova ou não aprova. Sim momento de contribuição.

SR. PRISCILA: Por favor, estejam à vontade.

SR. DERIKE: Nós não vamos aprovar ou reprovar o TR. Só foi apresentado pela equipe do SAAE e as contribuições serão muito bem-vindas para que a gente melhore cada vez mais ele.

SR. PRISCILA: Com certeza. E a participação de todos também ao longo da execução. Vão ser oito momentos para a gente se juntar e delinear o plano da melhor maneira possível. Eu vou passar a palavra para o próximo, gente. Boa noite. Obrigada.

SR. PRESIDENTE: Obrigado, Priscila. Obrigado ao Derike. Obrigado a todos do SAAE. Dando sequência, pessoal. A gente vai ter que discutirmos sobre o nosso regimento. Só informar o porquê dessa demora na primeira reunião do Condema, nós tivemos no mês de janeiro a Conferência Municipal do Meio Ambiente. Nós tivemos ali, no final de fevereiro, início de março, a Conferência Estadual do Meio Ambiente. Tivemos a Conferência Municipal das Cidades. Pré-Conferência e Conferência Municipal das Cidades. Tivemos também um ciclo de palestras na AEASC envolvendo questões que estão relacionadas a meio ambiente, urbanização. E nós tivemos então esse período de ajustes de conselheiros das secretarias por conta da reestruturação que aconteceu na Prefeitura. Então nós tivemos um período bem intenso dentre janeiro até o presente momento. E agora, nesse momento é que a gente faz a primeira reunião do COMDEMA desse ano.

Aproveitando, já que a gente vai falar um pouquinho sobre a questão do regimento, eu tenho visto e ouvido bastante questionamentos quanto a lei do COMDEMA. “Ah, está suprimindo representatividade da sociedade”. Pelo contrário, gente. Se vocês olharem, eram 22 representações comuns, 11 e 11, ficamos com 24, 12 a 12. Então na minha conta, 12 mais 12 é maior do que 11, mais 11, né? Eu acho que a gente tem aí uma representatividade maior da sociedade, inclusive o representante do COMDUSC está aqui, né? João Pedrazzani. Tivemos a inserção da Secretaria de Justiça, que vai contribuir muito com a parte jurídica, que é um ponto que a gente tem percebido a necessidade do Conselho, muitas questões ficam numa discussão no campo da ideologia sem embasamento jurídico. E aí, se a gente não cumprir a lei, a gente não consegue avançar, tá? Então, com certeza a gente vai ter uma melhoria nessas questões. E aí nós organizamos em dois tópicos o que é deliberativo, o que é consultivo com base nas leis antigas, né? Então, não vejo motivo algum... E só estou falando porque eu participei de alguma forma dessa construção e não houve nenhum motivo para suprimir, não há motivo algum para suprimir ele. Pelo contrário, a gente quer um COMDEMA atuante. A gente quer um COMDEMA propositivo e que traga ações para que a gente melhore o meio ambiente na nossa cidade. Não é bem aqui apenas “vamos votar sim ou não. Aprova ou não aprova”. Não, vamos propor. Vamos participar na Câmara Técnica. Efetivamente, a gente inseriu a necessidade de um parecer técnico na Câmara Técnica, isso na lei. Então a Câmara Técnica vai se reunir e vai trazer parecer técnico para que a gente discuta depois sobre o parecer, não mais sobre o assunto anterior que já foi discutido. E não me manifesto, não vou manifestar quanto a isso., mas não vejo nenhum retrocesso ambiental, não vejo nenhuma ausência de representatividade, necessidade de diminuir a representação popular. Não vejo nada disso. Se eu estiver errado, o Conselho pode me corrigir, tá? Mas sobre a lei, sobre a mudança da lei, era isso que eu tinha que pontuar por conta de tudo que eu já vi e ouvi. E novamente, quem poderia esclarecer esse ponto sou eu, participei também, junto com a equipe do governo anterior, do Aírton Garcia. O prefeito Aírton Garcia decidiu por uma nova lei e aí essa lei surgiu e está vigente até hoje. Passar a palavra para o Renan.

SR. RENAN: Renan, da APASC. Agradeço aos esclarecimentos. Acho que o primeiro ponto que acho que gera mais dúvida é em relação à nova lei COMDEMA. Acho que o primeiro ponto é que ela surgiu a partir do... A gente fez uma reunião em dezembro, a última reunião do COMDEMA que teve antes dessa e ficou muito no sentido de que tinha que se conversar, ser mais claro, transparente, até para ter um conselho mais harmonioso, né? E em menos de dez dias derruba a lei do COMDEMA, surge uma nova, ninguém entende o que está acontecendo, pelo menos a parte da sociedade civil não teve nenhum diálogo nesse processo, ficamos sem o regimento antigo, a gente fica quatro meses sem ter informação concreta sobre isso, se a gente é conselheiro, se não é. Surge um processo de... Como é que chama? Readequação? Alguns banheiros que vocês colocaram, onde foi reconduzido os banheiros e não há previsão disso, né? Pelo menos na lei antiga não havia, na nova também não, mas houve esse processo. Aí se mantém o mandato da lei antiga, sendo que já existe uma lei nova. Então assim, até agora parece que a gente está em um limbo se a gente está em um novo COMDEMA, um velho COMDEMA, o que está acontecendo assim, de fato. Acho que isso traz a instabilidade e o distanciamento do processo, ainda mais da sociedade civil, que tem interesse em acompanhar e tem interesse em debater e discutir. Acho que esse é o principal ponto de crítica em relação à nova lei do COMDEMA.

Especificamente sobre o informe que a gente deu da solicitação de avaliação de repúdio à Prefeitura, né? Agora é 19h40, né? 01h40 e a gente está agora entrando nos dois principais pontos que, de acordo com a sociedade civil, são os mais críticos. Porque um envolve enfraquecimento do COMDEMA. Porque, na nossa avaliação, o novo regimento, ele traz alguns pontos muitos críticos, que eu tenho anotado aqui a lista dos pontos, mas um deles, por exemplo, é não ter mais um [...] periódico. Ou seja, não tem mais [...] mensal. Então, não sei como que isso dialoga com a fala de vocês, no sentido de que querem mais participação. Ou seja, a gente não vai ter mais nem reunião ordinária, não tem quórum depois de 30 minutos de uma reunião, não sei de onde veio isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Isso está no regimento, a gente, inclusive, o regimento... Eu vou antecipar, eu não ia falar agora, mas vamos antecipar. O regimento, foi pego o mesmo regimento existente, atualizado com a nova lei, a única mudança... A gente pode ter até mais reuniões. A gente não vai ter obrigatoriedade de uma. A gente pode, com sete dias de antecedência, se quisermos marcar quatro, cinco no mês, basta ter sete dias. Cinco não dá, né? $7 \times 5 = 35$, mas quatro dá. Dá para gente fazer quatro

reuniões. É só abrir a convocação com sete dias de antecedência. Eu não vejo o que... Eu vou te falar, Renan, como coordenador que fiquei no ano passado, a gente às vezes não tinha pauta para o COMDEMA. A gente não tinha... A gente falava: Vamos falar de tal assunto ou vamos deixar isso aqui para o mês que vem para a gente cumprir com a lei. E não é. A reunião do COMDEMA, ela tem que ser produtiva, ela tem que ser... A função do COMDEMA é justamente essa, melhorar a qualidade ambiental e proposição do meio ambiente.

O que eu quero e desejo do fundo do meu coração, pessoal, é que o COMDEMA traga muita coisa boa para gente fazer, para o poder público poder fazer. Não somente questionamentos, proposições, tragam ideias, “olha, vamos debater, vamos fazer”. Não quando acontece, como você citou, está tendo o problema dos fogos. Ok. O problema dos fogos, era um evento... Não sei aí, não lembro bem, mas era um evento que tinha...

(falas sobrepostas)

SR. RENAN: Morreram os cavalos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Discutiam-se se o alvará tinha a autorização para fogos ou não, se quem soltou fogos de organização ou não. Assim, eu não vejo, né? A gente discutiu, depois um certo tempo por conta das demandas, eu acho que não só ficar discutindo essas questões depois que acontece. Vamos pensar em proposições para a gente melhorar.

SR. RENAN: Só para finalizar então. Eu concordo nesse ponto de que é importante a gente conversa, discute. Se você fala então que não tem nada contra ter quatro reuniões por mês, então a gente pode manter as reuniões mensais, um calendário anual, como era o regimento antigo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Com certeza não vai ser um problema, já que a gente está prevendo muito mais reuniões. Quem trabalha...

SR. RENAN: Só para finalizar. Em relação ao novo quórum. Porque no regimento antigo previa um terço para ter um quórum mínimo. Nesse novo regimento não tem previsão de quórum a partir de 30 minutos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não tem novo regimento.

(Falas sobrepostas)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A proposição, a gente trouxe para nós discutirmos. A lei fala...

SR. RENAN: Eu estou falando da contradição da sua fala em relação a propor mais participação e apresentar um regimento...

(Falas sobrepostas)

SR. RENAN: Sim, eu estou falando aqui. Estou querendo dizer nesse ponto que, para nós, é um ponto muito crítico, muito caro como sociedade civil, para gente conversar de maneira clara, porque a gente acredita que o COMDEMA tem um potencial gigantesco de discussão e de conclusão de ideias, como você falou também, você também acredita nisso, e como que a gente pode fazer isso na prática é discutir como ampliar o COMDEMA e não como reduzir as reuniões, reduzir o quórum, reduzir a obrigatoriedade de reunião ordinária, reunião... Porque a gente trabalhou três dias, pegando parágrafo por parágrafo do novo regimento como parâmetro para vir aqui e ter uma conversa com vocês.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O vento está forte lá fora.

SR. RENAN: Então, só para concluir... Até perdi o que estava falando.

SR. JUNIOR: Renan, só para gente não alongar. O regimento, nós trouxemos uma proposta. Isso foi passado para todos. Hoje a gente não vê nenhuma intenção de aprovar, de discutir. Vai ser deliberado, vai ser criado por nós, conselheiros. A ideia é de nós tirarmos uma obrigatoriedade mensal. A demanda de trabalho dentro de uma secretaria, ela é gigante. Quem já trabalhou lá, quem trabalha lá, sabe. E nesse caso, quando surge a necessidade, a gente convoca com sete dias antes. A gente pode ter muito mais do que as 12 obrigatórias. Pode passar de 17.

SR. RENAN: Só para concluir então, deixar o que eu estava tentando dizer. A gente está numa situação em que a gente está confrontando com duas ideias muito complicadas, porque na nossa impressão e os precedentes, é de não funcionamento de um COMDEMA participativo. Você está falando agora que vocês estão querendo trazer isso e fazer com que isso aconteça. Paralelo a isso, a gente está vendo uma desmobilização e um desmonte tremendo na Secretaria de Meio Ambiente pelo que a gente está entendendo que está acontecendo, que é totalmente ligado a esse assunto que a gente está no Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Então, assim, a gente tem dois assuntos extremamente críticos. A gente tem reuniões do COMDEMA que acontecem não sei quando. A gente tem um processo de reformulação total do Conselho, que não é consultado nenhum conselheiro, certo? Porque o regimento antigo ainda estava em vigor em dezembro, quando caiu a lei passada, então ele já previa que tinha que ter sido participado. Por que a gente não discutiu na reunião de dezembro uma nova lei do COMDEMA então? Se a proposta é que fosse participativa? Porque a gente não discutiu, começou ali nas câmaras técnicas, discutir um novo regimento?

SR. JUNIOR: A iniciativa...

SR. RENAN: Só para concluir que eu já falei muito. Desculpa por estar falando muito. Acho que a ideia geral é essa. Acho que regimento ou não, participativo ou não, acho que isso é secundário. Se a gente quer priorizar a participação, as reuniões tem que acontecer, tem que ser divulgado, tem que ser chamado, tem que dar publicidade e a transparência para as pessoas participarem. O novo regimento não está trazendo nada disso, está indo no sentido contrário.

SR. JUNIOR: Agradeço. Só um posicionamento rapidinho para gente avançar. A nova lei foi para unificar, unir. Na verdade, assim. Mesmo patamar, COMDUSC e COMDEMA, com a mesma qualidade e era uma iniciativa do prefeito. A lei ou regimento, nós jamais iríamos pedir para o prefeito, para alguém ou nós impormos alguém. O regimento é justamente para a gente conseguir construir o que a gente quer no COMDEMA. A gente pode colocar as reuniões que estão lá com o mínimo sete dias. As Câmaras Técnicas, a participação, os debates. Vamos construir juntos. Os conselheiros vão construir o regimento. Não sou eu, não é o Robson, não é somente você. São todos. A gente constrói junto o COMDEMA que a gente quer. E é isso, a ideia da lei foi somente acrescentar outras duas representatividades, tá? E aí tirar essa questão de obrigatoriedade que nos traz problemas com espaço, problemas com demandas, problemas com processos e vários os outros. Mais alguém quer falar? Paulo Mancini?

SR. PAULO: Bom, gente, eu acho assim. É óbvio que houve óbices na aprovação dessa nova lei do COMDEMA, porque a lei anterior previa que qualquer projeto de lei de interesse ambiental que o Executivo enviasse para a Câmara o COMDEMA fosse, no mínimo, consultado para poder opinar e o projeto foi para a Câmara sem o COMDEMA ser ouvido e nem na Comissão de Meio Ambiente da Câmara foi ouvido, foi passado, né? Agora eu acho que é isso... São processos do ponto de vista jurídico, tem que ser avaliado. Já foi, né? A nova lei não teve, vamos dizer, grandes mudanças, né?

Eu fiquei muito, quando fiquei sabendo que no rol mais de 20 projetos foram para a Câmara na terça-feira de manhã e foram todos aprovados no dia 20 de dezembro, inclusive com taxa de limpeza pública e taxa de iluminação pública, né? Eu sou favorável a essas taxas, mas dessa forma é difícil a gente como cidadão, né? Me desculpe o Executivo, me desculpe Legislativo, mas a gente gostaria um pouco mais de respeito para população ter conhecimento do que está se passando e aprovado. Mas enfim. Foi aprovado a lei, eu acho que não teve grandes mudanças, né? Eu acho que o Renan precipitou a discussão que ele estaria fazendo do Regimento Interno. Eu acho que, até como o Junior está apontando, não seria ideal a gente aprofundar esta discussão do Regimento Interno.

Eu considero que tem muitas coisas ali que podem ser melhoradas, porque é tudo bem que possa haver boas e ótimas intenções, mas isso tem que estar claro, né? Se realmente a intenção é que a gente ter mais participação e o COMDEMA funcionar bastante, a gente já deveria ter tido reunião em janeiro, fevereiro, março, estamos tendo a primeira agora. O que que a gente tem? Não, não tem ordinária. Então quem convoca a reunião é o coordenador ou 50% mais um dos conselheiros. É difícil, né, Paulo?

Eu acho assim, só para completar aqui. O nosso papel não é só aprovar ou dar sugestões para o empreendimento. Nosso papel é construir as políticas públicas ambientais para São Carlos, ajudar a construir. Obviamente, ninguém faz nada sozinho, ajudar a construir. Então, tem muita coisa mesmo, né? Agora eu acho que a gente deveria amadurecer mais o Regimento Interno e a gente chegar a uma próxima reunião já amadurecido do que a gente prolongar essa discussão agora, né? Porque eu acho que são detalhes que me parece que há muito boa vontade da coordenação do COMDEMA em relação a isso. Estou entendendo isso.

Agora, sinceramente, eu acho assim, que hoje a principal... Que eu acho que a gente quer ouvir do secretário de Gestão de Clima é o que está acontecendo com a secretaria, com essa transferência de tantos funcionários? Não é uma questão... Poxa vida, se o COMDEMA não precisa ser informado, não se

interessa por isso, eu não sei o que eu estou fazendo aqui. Porque é o órgão responsável por manter a nossa qualidade ambiental da cidade, né? Aí nove funcionários são transferidos? É isso que a gente quer ouvir de você. Eu acho que é isso fundamental, né? Muito agradecido.

SR. PRESIDENTE: Só esclarecendo antes, Karina, depois já passou para você. Nós enviamos três listas de conselheiros para PGM aprovar, para ser publicada. Só que entre a aprovação e publicação, mudaram os nomes e, para não ter que reiterar as publicações, a gente acabou adiando e agora nós conseguimos definir nas últimas semanas uma listagem de conselheiros de todas as secretarias, porque a gente fazia um, trocava o titular, ou trocava o suplente, a gente precisava refazer e mandar para a PGM de novo. Enfim. E nós tivemos também, como eu já mencionei, janeiro, fevereiro e março com bastante eventos que discutem a cidade, discutem o meio ambiente e nos quais a gente estava presente. A secretaria sempre esteve presente em todos os eventos. Então foi mais um motivo, um atraso nessa discussão. Mas só para finalizar. A questão da gente construir o regimento do COMDEMA da melhor forma para o funcionamento do COMDEMA, a gente está deixando totalmente para vocês, conselheiros, eu espero que diferente do que a gente normalmente percebe, que todos participem. Porque é muito fácil, a gente chega aqui com uma proposta, “eu não concordo, não concordo”, mas vamos participar efetivamente, gente, vamos lá, a gente marca reuniões, não precisa ser uma reunião para deliberar nada. Vamos fazer uma reunião para discutir o regimento. Vamos conversar mais, vamos trazer propostas, vamos trazer sugestões, vamos contribuir, porque além do dia a dia, mais essas questões acabam ficando sobrecarregado para todo mundo. Karina, pode falar. Por favor.

SRA. KARINA: Obrigada, André. Boa noite a todos, Sou Karina, da OAB. Eu vou fazer coro aqui com o Renan, com o Paulo porque tem algumas coisas nesse texto que a gente precisa rever com muita calma, sob pena da gente contrariar a própria lei, quem é do Direito sabe que assim, por mais que haja uma intenção de fazermos reuniões quando bem quisermos, com antecedência de sete dias, essa intenção não basta, porque pessoas vêm, pessoas vão e a gente precisa deixar as coisas escritas.

Infelizmente, a gente vive num país em que as coisas precisam estar escritas, sob pena dos pactos do fio de bigode, às vezes ficam aí perdidas no tempo. Então, essa questão da regularidade da reunião, eu acho que é de prima importância quando a gente pensa no aspecto do que significa a participação popular. E, de repente, a forma que está sendo construída está estranho. Outra coisa que, além do que o Renan e o Paulo já trouxe, no final do texto proposto, me causa estranheza a forma difícil de você fazer uma votação nominal, por exemplo.

Então vou explicar. A proposta do Renan no começo da reunião com relação à moção de repúdio que ele leu e com um teor muito apropriado, inclusive, Renan, faz com que a gente aqui se reúna e vote sobre essa manifestação de repúdio com relação ao que o Renan propôs. Essa votação, por exemplo, eu proponho que ela seja nominal. Cada votante fale o nome, a instituição que pertence e diga se a favor ou não da moção de repúdio. Por que que a votação nominal é extremamente importante? Porque quando a gente faz uma votação nominal no Conselho Popular, a gente nomina as decisões.

O COMDEMA é um órgão misto, mas cuja decisão que ele toma pode ser, inclusive, de responsabilidade pessoal de cada conselheiro. Então, é importante que, nas decisões que a gente tome, tanto a votação em bloco, levantando a mão. Com a votação nominal, seja muito claro. No regimento antigo, diz que um membro, o conselheiro pode propor que a votação seja nominal. Ponto. No novo não está assim. No novo tem que chegar até você, falar para você meu voto para você contabilizar e isso fica registrado aí. Está escrito aqui na parte final do texto. Então, isso é meio preocupante, né? Quando a gente lê na integralidade...

SR. PRESIDENTE: Essa é uma proposta. Só que assim, eu não me recordo nitidamente de estar escrito dessa forma que eu preciso autorizar. A gente colocou duas formas de votação, inclusive, a gente estava até discutindo, qual que é, é aclamação, não é aclamação, é levantar a mão, aí a gente foi pesquisar. Era votação por levantar as mãos, que eu acho até estranho o nome, mas por levantar as mãos ou nominal. É uma das duas.

SRA. KARINA: Então, eu não terminei. Então, o que acontece? Eu acho que as coisas precisam ficar bem claras para que não haja dúvida na interpretação. Veja, eu estou dando uma interpretação, você está dando outra numa simples proposta, isso já complica. Então, a gente precisa realmente ter um tempo de qualidade, um tempo regular de qualidade para que a gente possa se reunir e construir conjuntamente,

fazendo coro o que você trouxe para gente. A sua proposta da gente construir a muitas mãos é extremamente elegante, legítima e valiosa, mas a gente precisa fazer isso acontecer sem empecilhos maiores. Esse texto proposto, quero acreditar que seja um primeiro esforço, né? Seja uma proposta, aposta seja em algo uma base para que os conselheiros juntos possam deliberar, rever, votar, pensar coletivamente, para o bem do que a gente chama de participação popular, né? Mas não é isso que está escrito. Ele precisa talvez ser burilado, esclarecido, para que a gente mantenha a proposta de participação popular.

E lembrando também, que eu li aqui também de forma meio transversal, os tetos das reuniões são de duas horas e meia. Então você imagina se a gente tivesse hoje com duas pautas tão importantes, como a do SAAE e como essa do regimento e ainda a proposta dos empreendedores tivessem apresentado para a gente fazer toda a análise. Seria uma pauta curta para duas horas e meia, né? Então é importante que essas reuniões sejam regulares, porque a gente vê e constata, sou conselheira há muitos anos, que as pautas formuladas, eu nunca vi uma pauta esvaziada, mas elas sempre são muito apertadas, ao contrário, a gente não tem tempo de qualidade para debater. Sempre tem o teto da reunião, que é importante, as pessoas têm vida, não é? É importante que as coisas tenham um prazo de cronologia, mas é importante que as reuniões sejam regulares e não quando a gente quiser, a gente pode fazer um monte de reunião. É importante que, no mínimo, elas sejam regulares. E tem outros pontos também que a gente pode construir conjuntamente. Então, acho que é importante a gente pensar isso de forma, o que significa o COMDEMA para gente não retroceder mesmo porque tem princípios da lei que impede que a gente retroceda. Obrigada.

SR. PRESIDENTE: Obrigado.

SR. JOÃO: Questão de ordem.

SR. PRESIDENTE: Em primeiro, só um minutinho, o Walter já está pedindo a palavra já há um bom tempo.

SR. WALTER: Bom, sobre a questão, eu estou entendendo que isso aí vai ficar para uma discussão, para aprovar esse regimento, é isso?

SR. PRESIDENTE: Na verdade, para construir o regimento.

SR. WALTER: Agora também tem um inquérito que foi aberto pelo promotor.

SR. PRESIDENTE: Sim.

SR. WALTER: Vocês vão responder para ele?

SR. PRESIDENTE: Vou responder.

SR. WALTER: Agora sobre a questão do Paulo sobre os meninos e as meninas. Estou aqui faz quase três anos. Passei pelo período de 13 a 17, que tinha um governo de merda...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Posso só pedir para gente finalizar o regimento e a gente já vai para essa discussão?

SR. JOÃO: João Pedrazzani, representante do COMDUSC e do COMDEMA. No COMDUSC eu sou representante do CRESP. Questão de ordem é no seguinte sentido. Hoje nós estamos trabalhando num regimento em vigor, não é o [...] dessa proposta. A próxima... Regimento tem.

(falas sobrepostas)

SR. JOÃO: A lei foi revogada, mas foi feito uma nova lei que alterou tudo. Claro que alterou, que o Conselho Deliberativo deixou de ser, etc. Tá? Então o regimento que ele está trabalhando é o anterior, não podemos trabalhar sem regimento. Hoje o dia aqui nós estamos trabalhando. Na próxima reunião vai ser o regimento anterior. Até chegar esse daí. É isso. Ela repete o anterior e aí vai ter que... Então, nesse sentido, a questão de ordem. Nós temos trabalho, estamos trabalhando no regimento anterior. Não podemos trabalhar sem data. Tem que ter regra, né?

Então, trabalhando com isso, eu acho que teria que tirar uma comissão, minha sugestão, uma comissão aqui do COMDEMA, que sentasse, analisasse o anterior, outras propostas e trouxesse uma proposta para cá, para o COMDEMA, montado por essa comissão. Simples assim. E a gente vai trabalhando enquanto isso, com o regimento anterior.

SR. WALTER: Bom, gente, para finalizar então, é isso, né? Vai ter... Vamos programar as reuniões...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, as reuniões sobre o regimento, a gente vai discutindo internamente, podemos marcar uma reunião para discutir o texto mais avançado, mas não dá para gente ficar marcando

todas as reuniões para discutir ponto a ponto. Tem que todo mundo contribuir para que a gente faça uma... Finalize quase um texto, e venha aqui para discutir uma proposta já avançada.

SRA. LEIA: Sobre o regimento, eu só gostaria que tivesse um encaminhamento porque assim como a colega falou, todo mundo tem vida, todo mundo tem outras coisas para fazer. Então não adianta a gente ficar aqui discutindo o sexo dos anjos e a gente tem que então dar um encaminhamento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Por isso que a gente propôs...

SRA. LEIA: Pronto. Nós vamos formar uma comissão, forma uma comissão e vamos discutir então o novo regimento, ponto. Respeitando a diversidade de opiniões, respeitando a opinião de cada um, que eu acho que é assim que se constrói alguma coisa, não é impondo nada e não é, na verdade, citando absurdos. Então assim, veja, são 20h10, duas horas e meia, 20h30 acabou. A maioria das pessoas vai sair daqui porque, na verdade, precisa sair. Não adianta poucos ficarem porque as opiniões são divergentes e aí vão ficar só aqueles de mesma opinião ou só da opinião divergente.

Então assim, por uma questão é que a gente possa encaminhar, vamos formar uma comissão para que represente a secretaria, represente a sociedade civil e a justiça? Ok, então vamos sair daqui com uma comissão, vamos sair daqui com calendário de reuniões para que possam então encaixar os compromissos pessoais de cada um e que a gente possa trabalhar e com prazo, vamos ter um *deadline*, porque senão a gente vai ficar cinco meses discutindo alguma coisa.

SR. PRESIDENTE: A gente já antecipou e foi por isso que a gente pegou com base no regimento anterior... E aí qualquer divergência que haja de entendimento do regimento é com base no anterior, porque nós não mudamos nada, inclusive a questão de votação, questão de prazos, a gente não mudou nada. A gente somente trouxe a adequação para a nova lei, os novos representantes e alguns ajustes, o que é opinativo, que é deliberativo, já é uma proposta.

SRA. LEIA: Mas o que vale é o regimento anterior. O que está valendo é o regimento anterior. Porque senão a gente fica num limbo.

SR. PRESIDENTE: A gente está num período que a gente não tem votação, porque a gente precisaria estar com o regime fechado e precisaria fechar esse regimento, principalmente para uma próxima deliberação. Então eu acredito que a gente consiga, tenha que fazer essa lição de casa, de cada um de nós pensarmos, dar uma olhada no regimento, fazer sugestões e formar uma comissão, formar um grupo.

SRA. LEIA: Nem que a gente faça uma reunião mais extensa, cinco horas, seis horas.

SR. PRESIDENTE: Perfeito. A gente pode antecipar reunião, enfim, podemos sim, tá?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Olha, eu acho assim, o que o João propôs é um acordo tácito, porque o decreto que regulou o regulamento, que aprovou esse regulamento foi revogado também. Então, mas tacitamente, eu acho que por enquanto não está expresso, a gente aceita isso. Agora, a proposta que a Leia, né, da ASA fez, ela não usou o microfone, então eu estou falando, é uma proposta correta, vamos formar uma comissão. A coordenação do COMDEMA pode, inclusive, chamar uma reunião extraordinária dentro de 15 dias para gente só discutir o regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A qualquer momento. O momento que os conselheiros pedirem, falarem: Olha, a gente já tem uma ideia, a gente já tem uma proposta, a gente marca a reunião agora, com sete dias, a gente pode convocar a reunião, gente. Está na lei, Karina. A lei fala da reunião por, no mínimo, sete dias. Se informar também. Tá bom? Está na lei, é? A lei que deixa bem claro. Reuniões com antecedência mínima de sete dias. Inclusive, a gente tem até uma outra pauta que está dependendo da questão dos conselheiros, que é a avaliação daquela proposta também da legislação, né? A gente ficou de contar com o apoio dos conselheiros. Foi uma proposta, uma minuta em cima de uma realidade que a gente tem no dia a dia aqui, da dificuldade da questão que envolve a supressão de vegetação, tem uma resolução do COMDEMA lá de 2012 e a gente fez uma proposta em cima da realidade, como a gente poderia trazer uma certa atualização nessa legislação e a gente recebeu apenas uma contribuição na legislação, que foi do Renan. E aí dos demais, a gente acabou não recebendo, né? A gente está precisando. É uma demanda da secretaria a gente fazer essa atualização. Foi ali mencionado um possível grupo de trabalho, mas também acabou não indo para frente, né? A gente meio que deixou para os conselheiros de se organizarem em cima das camadas temáticas. Acabou não acontecendo. Então assim, acho que esse é um ponto que a gente precisa ter um alinhamento para fazer acontecer de fato, né? Se

é uma comissão, a gente está aberto a fazer essas reuniões, inclusive até possibilidade dependendo para não se estender tanto o horário até de noite, fazer reuniões no período comercial mesmo, durante o dia.

SR. PRESIDENTE: Reuniões online, virtuais, para gente tentar agilizar isso durante o dia ou mesmo durante a noite. A gente está aberto ao debate e à construção coletiva, gente. Então ninguém está aqui para querer minimizar o COMDEMA, tirar a representatividade. Não é nada disso, né?

SRA. KARINA: Então a gente pode propor uma votação para manter um acordo de cavalheiros para ficar valendo o antigo enquanto a gente não tem o novo?

SR. PRESIDENTE: Pode sim. Por mim, se vocês se vocês propuserem e o conselho... A gente só tem que pensar assim, o conselho, ele é deliberativo. Vai ter a votação. Quem ganhou, ganhou. Quem perdeu vai ter que aceitar. Mas não é assim. Quem perde vai para o Ministério Público. Não é assim que funciona. Não, mas não estou falando desse caso. São outras situações. Não, vamos chegar nesse ponto. Senão isso vai avançar até amanhã. Podemos propor, Karina.

SRA. KARINA: Podemos propor uma votação só para continuar o antigo? O anterior?

SR. PRESIDENTE: Vamos propor? O regimento antigo, ele prevalece... Só que ele não pode ser contrário à lei na questão das reuniões, que as reuniões na lei estão a cada sete dias com o mínimo de antecedência. No Regimento fala...

SRA. KARINA: Mas a gente não vai propor uma reunião com menos de sete dias.

SR. PRESIDENTE: Pode ser. Só não pode propor com menos de sete dias. O que não pode ter a obrigatoriedade de reunião mensal, porque pode ser que não tenha reunião naquele mês. A gente não pode ter esse regimento contrário à lei. Agora a gente pode ter quatro reuniões no mês, porque...

A votação é a seguinte, fica valendo o regimento anterior naquilo que ele não contrariar a nova lei.

SR. PRESIDENTE: Perfeito. Perfeito. Ok.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E a segunda proposta do João era que tenha uma comissão para consolidar o novo regimento. Essas duas votações que o conselho tem.

SR. PRESIDENTE: Então vamos lá e vamos colocar em votação.

SR. DANIEL: Para mim, essas opções não são excludentes... Daniel, do CRP. Para mim, essas duas opções não são excludentes, porque nós podemos atuar no regimento antigo e fazer a comissão para a próxima.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é uma contra a outra. É uma votação e outra votação. As duas podem ser aprovadas.

SR. DANIEL: É que, para mim, as duas podem ocorrer. Se for votar, vou escolher... Votar as duas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não é uma contra a outra, vota uma e vota a outra.

SR. DANIEL: Perfeito. Perfeito.

SR. PRESIDENTE: Eu acho que a ideia do Daniel é assim. Vamos seguir o regimento antigo até que o novo seja feito. Essa seria uma única votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas aí tem a outra proposta, que é forma uma comissão para analisar o novo regimento.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Os conselheiros se reunirem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas na comissão não são todos.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu só queria, como conselheiro, solicitar também um pouco de esforço de todos os conselheiros, porque a gente vive montando: Ah, a Câmara Técnica vai ser esse fulano, aquele ciclano e, na hora, não acontece nada. Aí, quando entra um empreendimento aqui, um caso particular vira uma discussão particular, que não acrescenta em nada para o município e ainda cria um viés na aprovação dos empreendimentos, que deve deixar as técnicas loucas, porque para cada empreendimento vai ser uma regra. Então acho que está na hora da gente amadurecer também e parar de bater o pezinho e começar a tomar uma decisão mais firme nas questões, né? Não só ser tudo que chega... A gente teve o caso do ano passado no corte de uma araucária dentro de uma creche, que tinha um laudo de cinco folhas, que chegou na hora da reunião e pediram 40 dias de adiamento porque não deu para ler o laudo. Também não dá para ser assim. Não dá para ficar criticando e também não fazer a nossa parte.

SR. PRESIDENTE: Esse caso foi uma situação extremamente urgente, que essa araucária estava em cima do parquinho das crianças. Crianças brincando dia a dia abaixo dessa araucária. Nós fizemos uma reunião, acho que de uma hora e meia, quase duas horas para conseguirmos chegar a um consenso sobre a

supressão dessa araucária. Ninguém é contra Araucária. Pelo contrário, a gente quer incentivar o plantio, mas nesse caso, especificamente, era um absurdo manter essa araucária em cima de um parquinho onde tem crianças brincando no dia a dia. Pessoal, então vamos colocar em deliberação essas duas propostas. A primeira proposta, o regimento antigo, prevalece até que nós consigamos formular um regimento novo no que o antigo não for incompatível com a nova lei. Todo mundo está de acordo? Sim? Então, unânime a votação. Nós vamos seguir o regimento antigo até que nós consigamos ter um novo. E a segunda proposta. Vamos formar uma comissão para discussão do Regimento Novo e essa comissão, ela ficará com a incumbência de fazer uma minuta e trazer para os conselheiros para que a gente vote como conselho.

SR. RENAN: Só uma sugestão, se não vale a pena usar a câmera técnica nessa situação ou é melhor criar uma comissão?

SR. PRESIDENTE: Podemos pensar. Mas eu acho que uma comissão seria melhor, Renan, para dar uma... A Câmara Técnica de Legislação, normalmente três ou quatro conselheiros. Eu acho que a gente poderia pensar uma comissão, não se envolver na questão jurídica e aí formar uma proposta. E depois a gente traz essa proposta para uma outra reunião, para debatermos e, eventualmente, a aprovação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Inclusive a gente pode já deixar aberto. Quem tiver interesse em compor a comissão, registrar primeiro por e-mail: saocarlos@gmail [...].

SR. PRESIDENTE: Vamos combinar então, a votação todo mundo está de acordo com essa proposta que foi feita uma comissão para discussão do novo regimento? Tem alguém que é contra? Não? Então todos aprovaram por unanimidade. Vamos estipular o prazo de uma semana a partir de hoje. Hoje é dia 24, né? Mas vamos pensar aí mais sete dias, dia primeiro é feriado, né? Vamos pensar na próxima segunda-feira após o feriado, aí todo mundo vai ter um tempo para descansar e consegue fazer essa atribuição de indicação dos nomes para compor a comissão. E ao lado disso, juntamente com isso, na verdade, já existe essa proposta que nós fizemos, que ela é baseada 90%, 99%... 95% no regimento antigo. Nós só pegamos aquele regimento, trouxemos para a nova lei, né? Com esses ajustes de reuniões, enfim. A gente já pode ir trabalhando nela, tá? Então aí vocês mandem para gente, o nosso e-mail do COMDEMA ou mesmo até no WhatsApp que a gente criou para o COMDEMA para facilitar o fluxo de informações, os nomes para a composição dessa comissão. Tudo bem? Ok?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Aquele formato, né, Jorlan? Acho que a Comissão, com esses nomes, a gente agenda essa reunião com sete dias para fazer essa primeira conversa. Acho que depois disso. A comissão não precisa seguir prazo de sete dias.

SR. PRESIDENTE: A comissão depois... Eu acho que a comissão vai ter que ter um líder, uma pessoa que vai encabeçar os trabalhos, porque senão o trabalho não vai ter um direcionamento, na minha cabeça, mas vai ser escolhido por vocês, tá? A própria comissão vai eleger: Olha, você vai ter essa atribuição de direcionar os trabalhos. E aí depois passem para que a gente converse com todos os conselheiros, ok? Feito, pessoal. Então essas duas pautas, do regimento, a pauta do TR, nós já finalizamos. A questão, só para a gente finalizar, até em respeito às nossas servidoras que estão aqui, servidores também da agricultura. Deixa eu aproveitar, esclarecer novamente, né? "Ah, estão acabando com o meio ambiente". Teve um vereador, gente, que é um absurdo um vereador falar uma mentira daquela, falar que nós estamos criando um voto secreto. Eu queria que ele viesse aqui, eu desafio ele a vir e falar: Cadê o voto secreto no regimento? Uma proposta que nós fizemos. Não é secreto? Apresenta onde está no regimento. Fala, né? Mentir é fácil, falar para a população inverdades é fácil, tá? Não existe. Se vocês olharem, o regimento está na mão de vocês, achem onde está o voto secreto do COMDEMA. Achem aí, se alguém achar, me apresente que eu volto atrás e me retrato, tá?

O que aconteceu é uma decisão de governo, é uma decisão de secretários sobre algumas modificações de algumas secretarias, envolvem mais servidores da nossa secretaria. Novamente, eu falei com eles ontem. Eu reconheço o brilhante trabalho que eles fazem. Reconheço que a gente trabalha bastante na secretaria, mas que foi uma decisão de que algumas pessoas, algumas peças, algumas funções, estariam sendo alocadas para outras atividades em outras secretarias e, conseqüentemente, algumas pessoas de outras secretarias, algumas funções de outras secretarias estariam vindo para nossa, tá? Então, o que eu tenho, não estamos desmanchando, não vamos acabar com o meio ambiente, não vamos destruir nada, não vamos acabar com ninguém. A gente está fazendo uma reestruturação nas secretarias.

Promessa. Promessa. Da minha parte e da parte do governo, inclusive eu tive com o Netto hoje. O Netto falou: Olha, não tem... Mostrei para ele, falei: Olha o absurdo que estão falando. Ele falou: Não se preocupa, porque a gente sabe que não é isso. O plano de governo e o nosso prefeito, ele quer fortalecimento do meio ambiente, tá? Não significa que a gente vai, com essas alterações, a gente vai perder ou vai ganhar. São ajustes necessários para que o governo continue seu planejamento.

SR. WALTER: Bom, nossa dúvida, estamos aqui há muitos anos, tá? É que realmente tem tido uma sequência aí, que a gente vê, que está realmente esvaziando. No governo de 2013 a 2017, a Secretaria de Meio Ambiente não era secretaria, era coordenadoria, era uma porcária, abandonada. Aliás, a maioria das secretarias aqui era um desastre, um desastre. Todas, todas, todas, todas. Aí chegou a nova administração e chegamos, demos a grande sorte que recebemos o [...] disse aqui na nossa conversa. Você falou agora há pouco que nos anos passados, os últimos dois anos andou muito pouco as coisas, muita pouca coisa para resolver no COMDEMA. Nós tivemos seis anos de trabalho muito intenso, com o Tom disse. Mesmo porque ele lembra que colocou diretores de meio ambiente que iam buscar problemas e traziam para nós, o nosso trabalho para eles, discutíamos isso. Não só discutíamos aprovação de projeto, que foi o que aconteceu. Aí em 2013 tiraram com tudo isso. Aí começou a destruição. Colocaram um político, o Nino, ruim, muito ruim. Se não fosse pela Josiane, que nos assistiu aqui, tá? A Josiane nos ajudou muito, ajudou vocês também.

SR. PRESIDENTE: Com certeza.

SR. WALTER: Ela que fazia tudo aqui. O Nino não fez nada.

SR. PRESIDENTE: Gostaria de tê-la de volta.

SR. WALTER: Tirou a menina da diretoria, colocou uns caras que ele trouxe de fora, que não entendia de nada, não entendia de árvore, não entendia de floresta, não entendia nada. Aí você entrou no ano passado e você deixou praticamente todo o pessoal que estava trabalhando, aquele pessoal que o Nino colocou foi embora, né? Mas o erro seu foi que você só estava assistindo, só estava fazendo reunião para tratar de questões imobiliárias.

SR. PRESIDENTE: Eram as pautas que a gente tinha, Walter.

SR. WALTER: E a gente e a gente criticando isso de toda forma. Então a gente vê desde o início da saída [...], que acho que foi provocada mesmo para começar a destruir o sistema de meio ambiente. Quando... Não sei porque tiraram o [...]. Por que tiramos o [...]? Aí fizeram, mandaram ele para criação, coisa que não funcionou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Mas ele é assessor do prefeito e está cuidando das questões da secretaria.

SR. WALTER: E agora você está... Eu mandei um zap para vocês o seguinte, nós vamos tirar as meninas, os meninos que têm experiência, estamos trabalhando com ele dez, 12 ou 15 anos. Sempre nos atenderam, sempre atenderam nós, foram no campo quando a gente fez denúncia. E aí, você vai trazer o quê? Os meninos do rei? Os meninos do rei? Você vai trazer de outras secretarias que não têm experiência? Eu acho isso uma decisão absurda, estúpida, ignorante e política, ainda por cima, política.

SR. PRESIDENTE: Reajuste, é uma reorganização. Eu tinha pedido... Fernando?

SR. FERNANDO: Bom, boa noite a todos. Fernando. Falo como munícipe. Junior, gostaria de começar falando assim do tamanho do respeito que eu tenho pelo trabalho que você vem desenvolvendo na secretaria, mas o meu motivo de estar aqui, além de saber um pouco do que acontece no COMDEMA, esclarecer um pouquinho de toda a conversa que ouvi a respeito da modificação, principalmente no que diz respeito a servidores do Parque Ecológico. Até onde eu soube, me corrija, por favor a pergunta inclusive, dois servidores que estão trabalhando lá, dois biólogos serão deslocados para a secretaria, certo? E um servidor biólogo irá para lá. Correto? Um assistente administrativo. O parque vai ficar sem os dois biólogos? Ah, então vamos trocar dois biólogos por uma bióloga e uma assistência administrativa?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, entendi.

SR. FERNANDO: Está indo para a Secretaria de Desenvolvimento Rural.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Na verdade, vai para a secretaria e aí a secretaria vai fazer essa organização lá dentro.

SR. FERNANDO: Entendi. Vai para ela, é claro, é a demanda da secretaria. E o que me envolve... Creio que alguns saibam que eu tenho algum apreço pelo local. Eu gostaria de esclarecer algumas coisinhas bem rápidas. A lei é muito clara no que diz respeito a presença de biólogo em um zoológico. Lei federal.

Nós não vamos nem discutir isso. Então eles estão trocando dois biólogos, sendo que os dois tem uma experiência razoável, né? Um só trabalhou 30 anos no zoológico e o outro está recente também, adquirindo experiência, eles vão ser deslocados para a vossa secretaria e vão vir um biólogo para lá, que eu não estou desqualificando porque eu não conhece o trabalho. Não tem como dizer que o parque está perdendo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não sei dizer, Fernando, se vai ter alguma outra... Aí eu já não sei te dizer sinceramente, porque a secretaria não é a minha. Se vai ter alguma outra substituição, alguma outra reposição.

SR. FERNANDO: Fica difícil, porque até onde eu saiba, não tem vaga para biólogo. Se tiver vaga, também precisa fazer todo o processo para poder abrigar um novo servidor. Nós sabemos, quem me acompanhou um pouquinho, o tempo que nós tivemos que negociar com a prefeitura para conseguir esse segundo biólogo. Agora eu realmente espero, eu estou acreditando que não vai ter prejuízo, que não vai ter prejuízo local. Agora causa uma grande estranheza, porque se vai deslocar dois biólogos e vai vir um biólogo. Qual o motivo de deslocar dois e não deslocar um só?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Para gente, a gente precisa de dois biólogos. A gente está repondo o quadro da secretaria, tá? Novamente, uma decisão que foi tomada pelo governo. Então não tenho... Assim, eu tenho as informações, mas a gente está pensando cada um na sua secretaria inicialmente, depois o modo Prefeitura, mas é uma decisão do governo, uma decisão foi tomada junto com os secretários, todos os secretários participaram. O outro prefeito participou, a gestão de pessoas esteve presente. Todo está sendo tratado da forma regulamentar e dentro do que a lei exige, admite.

Então, é uma questão de estrutura. Não é reestruturação. É isso que eu tenho para te passar e para passar para todos. Ninguém está com intenção minimamente de destruir o meio ambiente, como colocaram.

SR. FERNANDO: Não, nem falou isso. Eu não falei isso.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desculpa, não é com você. É em relação ao que já ouvi.

SR. FERNANDO: Eu não discuto outra [...] que não seja a que eu tenha um pouquinho de conhecimento. Mas então é claro, é fato que vão dois biólogos e vai vir um biólogo. É isso?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Nessa troca que está envolvendo Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, eu não sei dizer outras eventuais trocas que possam estar ocorrendo lá na Secretaria do... Quem mais?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Então eu queria pedir a licença poética aqui de falar que eu já estive na Secretaria de Meio Ambiente, inclusive no lugar do contraditório, em cargo de confiança, fui diretora lá. E eu queria denunciar aqui publicamente a respeito aos servidores que estão lá na secretaria, porque assim, o tempo que você demora para formar um servidor, né? A gente tem uma geração de servidores lá, você tem a Jéssica, que tem um tempo de casa, você tem a Beatriz, você tem a Mayara... E quanto tempo se leva para formar os servidores no nível de capacidade técnica que a gente tem? Quanto tempo demora para formar um auxiliar administrativo como o Fábio? Uma pessoa que articula as coisas como a Ellen, a Vanessa, o Bruno? Isso não é do dia para noite. Qualquer pessoa que entrar no Parque Ecológico lá, leu o empreendimento, começa assim, que o processo é uma pilha assim, de não sei quantos volumes. Então assim, é uns seis meses para pessoa pegar no tranco. Então assim, é um nível de desmonte assim, que a gente está tendo... E não é pergunta, não teve consentimento de ambas as partes, eu acho sacanagem chamar de... Ah, você concorda? É uma relação ganha, ganha? Os biólogos, que estão no Parque Ecológico, um biólogo que nunca teve experiência lá e ninguém ganha, nenhuma das peças ganha, nenhum parque ecológico ganha, nem a Secretaria de Meio Ambiente ganha.

Então assim, é uma secretaria que já era defasada em termos de servidores, já era ridicularmente defasada. Quantas pessoas analisam corte de árvore atualmente, gente? Três. Quantas pessoas analisam empreendimento? Quatro. A gente só fala de empreendimento aqui dentro, né? Então assim, a gente pode dar a justificativa que a gente quiser aqui dentro, mas a gente sabe porque essas pessoas foram removidas, é para aprovar empreendimento. Então assim, cada um, né? Pode falar, passar o verniz social e falar o que a gente quiser aqui, mas é por isso que isso está acontecendo. E assim, pode entrar quem for... E assim, permuta pendente de contratação futura. Como contratação futura? Você tem um servidor? Então assim é uma perda que não vai resolver fácil assim, né?

Então, eu acho que seria muito importante a gente colocar em votação isso e a gente se posicionar em conselho, porque eu acho que a gente tem que colocar muito bem aqui agora de que lado que a gente tá, né? A gente não pode ser omissivo. A gente tem que colocar cada um, com votação nominal, de que lado que a gente está nisso porque todo mundo sabe, todo mundo sabe a importância que eles têm lá dentro. E é isso aí.

SR. PRESIDENTE: Três esclarecimentos. O primeiro então, a gente votou... Vou voltar nesse assunto porque acho que ele é mais importante. Mas só para deixar claro, a gente votou para o regimento antigo, prevê reuniões mensais, a nova lei não contraria isso, ela só traz prazo de sete dias para convocar, mas ela não fala nada contrário nas mensagens. Eu li essa tarde, está claro lá. Tudo bem, mensalmente, sete dias antes. O regimento antigo prevê que a gente volte às reuniões mensais.

Segundo ponto, não sei qual foi a interpretação do voto secreto, mas eu imagino que seja a mudança do Artigo 19, em que o regimento antigo previa que é obrigatório o registro em ata das votações e declarações de voto e o novo regimento cancelou esse artigo, não tem no novo regimento. Eu imagino que a análise seja: como não prevê obrigação de voto, logo não sei como vai ser esse voto...

(pronunciamento fora do microfone)

SR. PRESIDENTE: Registro do voto pela justificativa. Sim, tudo bem. Se o artigo fala que tem que registrar quem votou nominal e tal e no novo regimento isso desaparece, pressupõe-se que está criando ali uma brecha para esconder. Tudo bem, tudo bem. Acho que eu só estou justificando aquilo lá que você falou.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O que a gente falou é assim, todo mundo: “ah, dois votos contra”. Ele vai ter que justificar o porquê ele votou contra?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Se quiser e quiser colocar na ata e quiser... O novo regimento prevê. Tudo bem. Acho que esse não é a centralidade do ponto. Queria reforçar o que a Julia trouxe, que eu acho que é o central agora. O regimento prevê que a gente coloque em pauta essa discussão, logo no começo da reunião eu apresentei, demorando uma hora e meia para chegar nesse assunto, que é de extrema gravidade, a gente está propondo concretamente um repúdio do COMDEMA para essas mudanças, que a gente sabe que isso foi feito de maneira totalmente impessoal, de maneira totalmente não humana, para [...] os funcionários, com desrespeito muito grande com os funcionários, com os trabalhos deles na Prefeitura. O Conselho aqui tem essa interface, essa capacidade e essa necessidade de deliberar sobre isso. Eu proponho que tenha essa votação, que seja registrada em ata, que a gente faça a discussão como foi feito, como eu sugeri em 15 minutos de reunião, aí jogaram depois, estamos chegando agora. As pessoas estão irritadas porque está demorando muito, mas a gente tem até a uma da manhã, então está tranquilo. Mas tudo bem. Quero reforçar isso. Que a gente faça a deliberação, essa discussão que a gente está fazendo e tem esse posicionamento, porque é importante e em respeito, pelo menos isso, né? Essa deliberação é em respeito ao que está acontecendo com os funcionários.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eu posso falar? Eu queria reforçar, então a fala do Renan e da Júlia. Acho muito relevante que o COMDEMA se manifeste em relação a isso. Junior, admiro muito seu trabalho e tudo que você tem feito na secretaria, mas confesso que, para mim, é decepcionante ver o corpo técnico todo saindo da secretaria, sendo substituído, não falando como conselheiro, mas como usuário da secretaria. Eu sei que isso vai afetar o funcionamento, impossível não afetar. Eu tenho processos, por exemplo, com a Jéssica, que estão lá há quatro, cinco ou seis anos. A gente conversa. Nunca recebi um Comunique-se fora da legislação, nada disso. Processos super extensos em área de APREN, hoje o processo voltar para a Secretaria do Meio Ambiente. Fui questionar a Cláudia e, infelizmente, ela nem sabe o que está acontecendo aí. Então, mas a gente sabe que isso vai levar a morosidade dos processos. Vai sair Comunique-se errado. Na prática, a gente já sabe qual vai ser o funcionamento. Infelizmente, para mim, como morador de São Carlos, é decepcionante ver que, ao invés das decisões serem tomadas em competência, em capacidade do funcionário, tudo, é um jogo político. Eu entendo que isso é no Brasil todo, mas para mim, é decepcionante vivenciar isso. E ainda mais quando a gente vem e sai do trabalho e vem para o CONDEMA com o intuito... Embora haja muita discordância aqui, acho que ninguém tem... É sempre o meio que tem que estar certo, não são os extremos, embora haja muita discordância, eu acho que é decepcionante para quem vem aqui para o CONDEMA, com o intuito de contribuir com o município. A gente, ano passado, estava discutindo uma nova legislação para arborização urbana, para compensação ambiental de árvores e as pessoas que são responsáveis e têm o conhecimento técnico

disso estão indo para outra secretaria, cumprir outra função. Então, para mim, assim, é realmente decepcionante isso.

SRA. ELIANE: Boa noite, meu nome é Eliane, eu sou bióloga da UFSCar e estou na coordenação do Conselho Gestor da Educação Ambiental aqui de São Carlos. É um conselho novo, que foi instituído também no período que provisoriamente estava na secretaria e também quero falar aqui da minha indignação, da mudança dos funcionários da secretaria. A gente tem um conceito assim construído, vem construindo no trabalho, contando muito com a colaboração das servidoras, a Ellen, nos últimos anos, que tem sido a secretária do Conselho. E, com certeza, a gente vai perder muito, porque a gente perde esse histórico, a gente pede uma continuidade do trabalho. E eu também fico assim, pensando que deveria ter uma outra solução para resolver essas questões.

Acho que as pessoas que tenham... Então tragam mais funcionários em vez de tirar quem são, quem está lá já com experiência e contribuindo com uma construção, né? É isso, eu acho que não deveria mexer também. Estou aqui falando em favor de uma construção que a gente tem o privilégio de ter. falando especificamente aqui da área da educação ambiental. que vem sendo galgada aqui na cidade mesmo, com pouco tempo para se construir um trabalho, a gente tem perspectiva de construir mais, continuar essa construção e vai perder muito tempo perdendo essas pessoas que acompanham esse trabalho, né? É isso.

SR. WALTER: Eu vou contar uma historinha rapidinho aqui. Seguinte, quando entrou o Nino, o Nino pegou em 2023, tirou as meninas e os meninos, como muitos prefeitos fazem, muitos secretários fazem e trouxe a turminha dele. Ninguém entendia nada. Eu lembro que eu chegava, as meninas quando chegavam, chegou uma e sempre levava um problema, né? E aí eu fui conversar com os caras novos que estavam lá, o cara da árvore, da floresta, o cara não sei do que mais. E você via que era cara que não tinha experiência, que não estava lá, tinha caído de paraquedas lá. Então o nosso problema hoje: quem é que vocês vão colocar na secretaria de outra secretaria, que vai cair de paraquedas? A Júlia falou. Pô, demora um tempo para formar esse pessoal, né? Eu lembro que você entrou na secretaria também, você estava fazendo um trabalho excelente, tiraram ela, com a experiência que ela tem e tudo mais. Então essas decisões políticas, eu acho que... Você está falando que passou pelas mãos dos secretários. Eu realmente estou borrando tudo do secretário, sinceramente, porque não confio mais em nenhum deles. Só fica para mim. conversar com o Miller, que é um cara que aprecio muito e é secretário lá. Vou perguntar para ele, você votou para fazer essa mudança também? Não é possível, gente. Porque isso é uma estupidez tão grande, tão grande que é incompatível.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ele estava envolvido com as alterações. Nem todos os secretários estão envolvidos nessas alterações.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Bom, gente, fazer a minha fala aqui de dois pontos de vista, né? Como muitos sabem, eu sou arquiteto, urbanista, servidor público municipal há 11 anos e pouco. E o primeiro ponto de vista, eu acho que é o que mais ou menos muitos aqui falaram, mas só de enfatizar que São Carlos tem perdido muito do ponto de vista da expertise técnica e da dedicação que muitos servidores têm pelo serviço público, pela dedicação à coisa pública, pela dedicação ao bem comum nos últimos tempos, né? E é uma pena, porque a cidade perde com isso. Muitas vezes, a gente coloca os conflitos políticos acima do bem comum e eu acho que, em alguns momentos, a gente tem que pensar que mesmo os servidores que tenham opiniões ou têm visões de mundo diferentes, eles são muito úteis porque eles carregam um conhecimento que poucos podem trazer para a cidade, carregam uma experiência que poucos podem trazer para a cidade e que podem ser muito bem aproveitados pela cidade, independentemente da posição política que ocupa a gestão municipal, esse é o primeiro ponto.

Eu acho que a gente poderia avançar muito em muitos aspectos se a gente levasse isso em conta num primeiro lugar. Num segundo lugar, eu acho que não tem como não colocar o ponto de vista específico lá de dentro do setor da Prefeitura que analisa empreendimentos, que analisa questões urbanas, que analisa o desenvolvimento urbano e ambiental da cidade. Porque a gente sabe que o conflito está aí, né? O conflito está em que a gente sabe que no dia a dia lá da secretaria, que agora chama gestão da cidade, que é a antiga Secretaria de Habitação, sempre houve reclamação em relação aos técnicos do meio ambiente. "Ah, porque eles são isso, porque eles são aquilo, que eles dão uma opinião aquilo que não cabe a eles". E eu sempre coloquei duas coisas. Primeiro, nos momentos em que a gente trouxe ideias

propositivas. Inclusive, eu acho que pegando muito a fala do Junior, que eu acho que esse podia ser o espírito da reunião de hoje, né? Sempre a gente trouxe ideias propositivas para a gente mediar e resolver esses conflitos e aproveitar as divergências de ideias para que elas convirjam para um ponto melhor, a gente não soube usar. Como por exemplo, quando foi constituído o camp lá atrás, quando ele era um órgão técnico. Logo veio a gestão municipal e transformou ele num órgão político, colocava os secretários para dirigir o camp, não deixou os técnicos trabalharem. Se a gente tivesse uma instância técnica em que tem ambiente, trânsito, habitação, arquitetos, engenheiros, pudessem olhar com uma visão global os processos, muitos desses conflitos que vocês reclamam que surgem lá, mas não surgem lá, eles aparecem lá porque elas têm uma capacidade técnica, um coletivo, que consegue apontar os problemas, que outros setores das secretarias municipais que analisam, não conseguem apontar muitas vezes ou não querem apontar por diversos motivos, não vamos entrar aqui em detalhes, em sexo dos anjos. Mas a gente tem esse problema. E uma outra questão que eu sempre falei foi isso, que muitas vezes o problema ou aparece como entrave ambiental uma questão ou muitas vezes aparecem como: “Ah, eles estão opinando sobre assuntos que não são deles”. Por quê? Porque a Secretaria de Habitação, que deveria apontar, não aponta. Porque existe uma falha técnica na Secretaria de Educação também, que sempre apontei nas discussões aqui, né? A gente tem falhas na análise de empreendimentos em que não existem uma opinião de urbanistas analisando empreendimentos, não existem uma série de... Como que a gente não tem uma pessoa do meio ambiente na habitação? Devia ter. Devia ter um arquiteto, um engenheiro especializado em meio ambiente na Secretaria de Habitação. Deveríamos ter mais urbanistas analisando empreendimentos.

Então assim, eu acho que existem alguns problemas que muitas vezes as próprias secretarias, no seu dia a dia, vão tocando o trabalho, acumularem problemas que geraram esse descompasso. E muitas vezes também a gente sabe que existem interesses envolvidos. Mas mesmo considerando os interesses, o conflito não vai deixar de existir. Mas eu acho que a gente podia trabalhar até certo ponto, esses conflitos que existem para que a gente aproveitasse melhor os técnicos que a gente tem. Então, eu acho muito, muito prejudicial e eu acho que a gente deveria agir na positiva. A gente deveria entender onde está o problema, conversar e chegar numa posição, quem sabe valorizando mais os técnicos, valorizando mais o diálogo entre os técnicos, esses problemas não fossem ser resolvidos sem precisar uma interferência política desse tipo na Secretaria.

SR. PAULO: Junior, Paulo Mancini, eu queria sugerir que você encaminhe a votação dessa moção de repúdio do COMDEMA em relação a essa transferência dos novos servidores, né? Eu cumprimento você pela educação, pela paciência, né? Mas eu acho que é importante que a gente vote isso, independente do resultado da votação, já deu para você sentir que existe um sentimento de boa parte da sociedade contrária, para você poder levar isso para o prefeito, né? Eu acho que é essa função da sociedade civil, estar pressionando para aquilo que ela acha que é o melhor para nossa sociedade. Então eu sugiro que encaminhe o voto nominal. Eu acho que seria o ideal. Agradeço.

SR. PRESIDENTE: Eu acho que nem precisaria haver uma votação. Acho que o COMDEMA pode fazer, se vocês acharem que devem fazer, podem fazer uma moção. A gente acata, como presidente do COMDEMA, eu não sou dono da verdade, sim ou não, reconheço e sempre reconheci, as técnicas são prova disso. Sempre falei muito bem. O trabalho delas é muito bom. Mas, como eu disse para vocês, a decisão tomada pelo governo, uma decisão que a gente, como secretário, pertencente ao governo, a gente participa, a gente segue e a gente vai buscar o melhor para o nosso município, tá? Não tenho dúvida de tudo que vocês falaram quanto à competência delas. E elas sabem. Diversas vezes na Câmara, em diversos locais que eu fui, sempre enalteci e aqui também, quando o próprio COMDEMA discutia: “Ah, mas está certo ou não está para gente?”. as técnicas da secretaria, avaliaram e aprovar o parecer, está aqui. Muitas vezes o próprio COMDEMA pôs em xeque o parecer das técnicas. E nós defendemos, se vocês pegarem as gravações do ano passado, diversas vezes. Agora são momentos que a gente precisa estar alinhado com o projeto, com uma perspectiva em que o governo tem essa vertente.

SR. PAULO: Junior, então eu sugiro que você encaminhe a votação, não precisa ser nominal. Só se alguém for o contrário ou se abster. Quem for contrário se abstenha da dessa proposta, dessa moção de repúdio, né? Porque você, como coordenador, tem que fazer esse encaminhamento. Agradeço bastante.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Paulo, acho que assim, só para gente também deixar claro. Acho que a moção realmente não tem qualquer problema e entendo que nem precisaria ir para votação a questão de apresentar essa moção. Agora a decisão em relação a troca, a gente precisa ser o chato aqui na história, mas só para mostrar que acaba não sendo a competência do COMDEMA interferir nas decisões da secretaria. Isso não está escrito em nenhum local e, infelizmente, mesmo que seja uma votação contrária unânime, não tem esse poder de mudar uma decisão que é feita dentro do Poder Executivo. Então assim, é só usando o que está dentro da legislação, mas sendo extremamente justa toda essa mobilização que está acontecendo e essa moção que vocês querem apresentar.

SR. WALTER: Queremos mostrar isso que nós falamos que está errado.

SRA. RITA: Que a população está atenta e que nós vamos fazer trabalho para que isso siga em frente. Então a gente vai deixar aqui registrado que isso tem que ser publicizado. A gente olha, desculpe, meu nome é Rita, sou da Associação de Moradores e é assim. Até agora não falei nada, mas olha, eu fiquei assim, todas as atitudes, todas as decisões políticas que têm sido tomadas trazem evidências de desmonte do serviço público. E isso não é um privilégio de São Carlos. Isso faz parte do que o Junior falou, da ideologia que está por trás da política de governo. Então assim, a PEC reduz um biólogo lá, que sabe que não vai dar conta, isso é uma estratégia política de diminuir a capacidade técnica de responder às demandas. E aí hoje faz-se reconhecimento da competência que foi criada ao longo de décadas, mas depois vai ser fácil dizer que o serviço não está funcionando porque o funcionário público não trabalha! É essa a última coisa que vai vir. O número de pessoas que tem trabalhando no serviço público do Brasil inteiro é muito baixo! Eu já fiz um levantamento, eu mesma, nos Estados Unidos, o número de funcionários públicos per capita que tem. É muito maior do que o que tem no Brasil. E eles não têm serviço de saúde pública, não tem uma série de serviços públicos que nós temos. Os funcionários são sobrecarregados, na hora em que troca, ele vai ficar muito mais sobrecarregado. A gente sabe que estão querendo desmontar também a legislação do funcionário público para virar 6x1, 7x0. Então, desculpa. Então vamos votar, por favor, que eu acho que é importante a gente formalizar isso para gente seguir em frente e dizer o que é que o Conselho, o que o COMDEMA pensa a respeito disso tudo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não precisa votar, a gente tem que ver quem vai fazer o texto.

SRA. RITA: Alguém é contra a moção?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não precisa votar.

SR. PRESIDENTE: É importante que se registre em ata então, que foi aprovado por consenso a moção de repúdio à Prefeitura, aquela que foi lida logo no comecinho da reunião.

SR. WALTER: Quem vai escrever o texto?

SRA. RITA: Ele já está pronto.

SRA. VANESSA: Oi, gente. Boa noite. Meu nome é Vanessa e sou bióloga da Secretaria do Meio de Clima e Meio Ambiente. Sou uma das pessoas que está sendo transferida e eu estou aqui junto com os meus colegas e eu gostaria de fazer algumas manifestações no sentido de deixar mais claro o que está acontecendo, porque nem todo mundo pode estar tendo essas informações, tá?

O que está acontecendo, alguns pontos, né? Por exemplo, dois biólogos do Parque Ecológico, que o Fernando comentou, eles estão sendo transferidos para a Secretaria de Meio Ambiente, né? E o que acontece? Esses biólogos, eles têm experiência de anos no manejo de animais silvestres. Esses dois biólogos estão sendo tirados do parque e vão para uma área totalmente diferente do que eles trabalham. Em contrapartida, vão ser transferidas pessoas, inclusive eu e uma outra técnica, para o parque ecológico, que não temos experiência prática com essa área. Então nós vamos entrar lá sem saber, sem ter experiência, inclusive sem ter regulamentação oficial com a ART, a Anotação de Responsabilidade Técnica, tudo certinho para trabalhar com esse tipo de função.

Então é uma questão bastante complicada, porque até a gente regularizar tudo, nem sei se a gente vai poder fazer esse trabalho certinho. Então é uma questão que vai ter que ser analisada. Então, qual é a lógica de fazer isso, né? Outra questão. Nós, enquanto técnicos, a gente teve ao longo desses anos na Prefeitura, a gente teve espaço para fazer formações, complementar o nosso conhecimento na área em que a gente a gente está e que foi investido dinheiro público nisso, né? E agora a gente está simplesmente sendo transferido. E vai deixar, vai perder toda essa formação, essa bagagem que a gente teve esses anos todos de investimento público para ir num outro setor, que a gente vai ter que começar do zero, vai

perder, vai demorar um tempo, levar muito mais tempo para fazer os procedimentos, as tarefas, do que se você já tem uma experiência naquilo. Então, qual é o sentido? Qual que é o benefício para o município? O benefício ambiental dessas trocas, né? Outra questão, as pessoas que são auxiliares administrativas que estão sendo transferidos, que são da Secretaria do Meio Ambiente, eles têm formação na área ambiental também, então nós temos biólogos que estão como cargos administrativos, mas são formados em biologia, temos gestores ambientais. Então eles, além de serem administrativos, eles também são da área ambiental, tem uma experiência nisso, que faz toda a diferença no trabalho diário. E por que essas pessoas estão sendo transferidas para outras secretarias para trabalhar com assuntos totalmente diferentes, né?

Além disso, nós estamos tirando técnicos que são formados na área ambiental, que têm experiências na área ambiental, técnicos e assistentes administrativos da Secretaria de Meio Ambiente e passando para outros locais, sendo que nós... E aí foi o que foi falado aqui vão ter outros profissionais, que vão depois ser transferidos, mas isso não está ainda nominal nos ofícios que foram aprovados para transferência, o que foi feito? Está sendo trocado sete de uma secretaria por dois de outra secretaria. Os outros ainda não estão elencados quem vão ser.

SR. PRESIDENTE: São sete contra seis. A gente está definindo um último nome. Não vai haver prejuízo numérico, tá? Só para já deixar claro para vocês.

SRA. VANESSA: E aí, o que acontece? Sobre qualquer questão que eu queria pontuar? Na Prefeitura, nós não temos outras pessoas que tem formação técnica, como engenheiros ambientais, por exemplo, em outras secretarias que podem ser transferidos. Não temos outro engenheiro agrônomo a não ser um que está na Secretaria de Agricultura, que esqueci o nome agora que mudou, sem ser a técnica que a gente tem lá na nossa secretaria, os dois. Não temos outros engenheiros ambientais, não temos outro engenheiro e os biólogos, nós não podemos mais contratar biólogos porque já excedeu o número máximo do município, ou seja, não temos mais. O que pode ser feito? Ser chamado no concurso público de engenheiro ambiental, isso ainda tem como se chamar, acho que é um que ainda tem vaga, né? Que está sendo chamado previamente e vai ainda abrir concurso para engenheiro florestal, engenheiro agrônomo, mas ainda nem saiu publicação ainda para isso, não foi feito concurso ainda. Então assim, quando que essas pessoas iriam entrar como substituição desses cargos que estão sendo retirados lá da secretaria? Então assim, não sabemos quem que vai ser colocado nesses lugares, quanto tempo vai demorar para isso acontecer, porque não temos esses outros profissionais disponíveis na Prefeitura para ocupar esses cargos que estão sendo desocupados agora nessa transferência. Então, isso também é outro ponto.

Outra questão, a transferência foi feita nominalmente. Ela não foi feita com cargo. Por exemplo, precisamos de tantos profissionais de tal área, biólogos, engenheiros. Não, foi feito por nomes. Qual que é a questão disso? Por exemplo, temos uma profissional na secretaria que pediu transferência para o Parque Ecológico, por exemplo, que ela gostaria de trabalhar lá, né? Só que tá sendo transferido outra pessoa que não gostaria. E nós questionamos isso. Então poderíamos trocar essa outra pessoa, ir para lá em vez da outra? Não, não pode. Tem que ser fulano. Então por quê? Se é uma questão de... Sendo que as duas personagens também não têm experiência na área, né? Então, qual é a lógica disso? Tá sendo uma coisa nominal e não só de profissionais. Uma questão para gente pensar também.

Outra questão que eu fiquei pensando sobre. Esse ano vai começar a discussão do novo Plano Diretor. As técnicas que estão sendo realocadas na secretaria são técnicas que tem muita experiência com Plano Diretor, né? E aí, não sei se é uma coincidência ou não, mas elas estão sendo realocadas para outro setor e vão ser colocadas pessoas lá, que eu não sei nem quem vai entrar, mas é um ponto para gente pensar, certo? Só queria colocar isso como uma observação. E eu queria questionar todos esses pontos que eu coloquei para gente pensar quais os benefícios ambientais que essa transferência está trazendo para o município. Porque assim, uma mudança dessa proporção, ela precisa ter argumentos muito importantes que façam sentido de pedir alteração.

Então eu também questiono quais são os benefícios ambientais e públicos para o nosso município dessas alterações todas. Se faz sentido, sendo que essas pessoas que estão sendo realocadas, tanto do Parque Ecológico quanto da Secretaria do Meio Ambiente, são profissionais de excelência, que nunca tiveram nenhuma reclamação, questão administrativa, nenhum problema. Inclusive são pessoas que assumiram

cargos de chefia, de diretoria já, de chefe de seção, que recebem muitos elogios, como o próprio secretário falou aqui. Então, assim, qual é a lógica de você tirar pessoas que estão desempenhando serviços exemplares de um setor e mudar para um setor totalmente diferente, que vai ter uma perda claramente no desempenho da função e você separar pessoas de uma secretaria que tem, por exemplo, como a nossa, nós não temos picuinha, nós não temos problemas, nós somos uma equipe que se ajuda, que trabalha bem, que é tranquila, não temos problema nenhum. Você está desarticulando toda uma equipe para substituir por pessoas aleatórias diferentes, por quê? Simplesmente poderia ser essas pessoas novas, que vão chegar nos concursos e tal, não poderiam então entrar nas outras secretarias? Por que que tem que tirar essas pessoas de lá ou substituir os profissionais do Parque Ecológico, que fazer um trabalho excelente, por pessoas que não tem conhecimento ou experiência nesse assunto. Enfim, são coisas que eu gostaria de colocar, porque para mim não faz sentido o que foi apresentado. Então eu queria colocar isso para ficar como também reflexão e questionamento, porque eu fico pensando que o objetivo tem que ser pensar no benefício ambiental e público do nosso município, né? Que eu acho que esse tipo de alteração precisa ser repensada, né? Enfim, é só deixar isso claro para as pessoas também terem mais senso do que está acontecendo, certo? A gente não está só reclamando: “Ah, por que nós estamos sendo transferidos?” A gente tá pensando no município, porque isso vai ser uma perda gigantesca e para as pessoas também, né? A maneira como isso foi feito, certo? Era isso que queria dizer. Obrigada.

SRA. MAYARA: Bom, vou ser breve na minha fala. Eu agradeço aos meus colegas. Então, acho que a Vanessa foi brilhante na fala dela. Acho que ela trouxe pontos importantes que não eram de conhecimento de todo mundo. E agradeço também ao Daniel, que é uma das pessoas que está do outro lado. Porque normalmente o que a gente ouve, os empreendedores reclamam de todos os técnicos do meio ambiente, porque vocês não aprovam nada. E aí eu ouvir a sua fala, de que a nossa visão é importante porque você tem abertura para dialogar e que consegue construir um projeto, foi muito importante para eu ouvir. Eu só queria me apresentar, eu sou Mayara, eu sou engenheira ambiental. Faz três anos que eu estou na Prefeitura. Desde sempre, na Secretaria do Meio Ambiente, trabalhando com licenciamento ambiental das atividades potencialmente poluidoras e empreendimentos imobiliários. Atualmente somos em quatro técnicas nessa seção fazendo isso e três trabalham com a aprovação dos empreendimentos, a outra ficou dedicada só a atividade das indústrias. E aí as três técnicas que estão sendo transferidas são as que trabalham hoje com empreendimentos imobiliários, são as que estão mais familiarizadas com o Plano Diretor e fui comunicada ontem pela Secretaria de Gestão de Pessoas da minha transferência para o Departamento de Estradas Rurais da Agricultura, porque estão com demanda por engenheiro civil e eu sou engenheira ambiental. Só queria me apresentar quem sou eu.

SR. PRESIDENTE: Para gente não estender muito a questão do teto, né? Novamente, é uma decisão política e que a gente não adianta... Eu não vou ter argumentos para ficar contrapondo a vocês. Então assim, respeito, a gente pode pensar em mais um tempo, senão a gente vai ficar aqui até amanhã. Respeito o posicionamento de cada um, mas a gente não vai avançar nessa decisão, porque essa decisão não é só minha, é política, ela é do prefeito.

(pronunciamento fora do microfone)

SRA. MAYARA: Me permitam só fazer uma complementação. A minha solicitação foi nominal. Eu solicito a engenheira civil Mayara Lopes para ser transferida, porque temos demanda por engenharia civil, por profissional da engenharia civil e eu não fui comunicada previamente. Soube pela Gestão de Pessoas. Não estou contente com a transferência, não tenho conhecimento nenhum no assunto, mas se acho que ficar justificado que é para o bem público e não vai trazer prejuízos ambientais, eu não tenho empecilhos de ir. E eu acho, não sei se é possível, mas é um pedido que eu faço para os conselheiros, o Junior não se opôs de trazer essa discussão para uma reunião específica, que acho que a pauta está bem alongada. Então, não sei se seria possível os conselheiros pedirem para que a nossa transferência não seja concluída até que passe pelo COMDEMA, mesmo que depois vocês acabem aprovando, porque a transferência é, a princípio, a partir do dia 5 de maio, segunda-feira, depois do feriado, a gente já vai começar na nova secretaria.

SR. WALTER: Ela tocou em um ponto muito importante, que é a questão dos empresários. Eu passei por umas questões o seguinte. Uma vez em uma reunião e um, não vou dizer quem é secretário, falou:

Sempre é o COMDEMA. Aprovou no COMDUSC, aí chegava a nós, a gente ia analisar, sempre no COMDEMA, sempre na Secretaria de Meio Ambiente. Realmente, inclusive no ano passado foi aprovado um decreto que dava um prazo de seis meses ou um ano para que fosse aprovado os projetos, né?

Agora eu sou da época que nós nos reuníamos com os empresários e com as meninas e com tudo em uma mesa lá, antes da pandemia, nos reuníamos na mesa com todo mundo lá, numa mesa grande, discutimos em cima da planta. Aí veio a pandemia. Aí veio a pandemia, que foi a grande porcaria que enfrentei nesses 72 anos de vida. E aí a gente começou a fazer online. Online não é a mesma coisa, gente, não é a mesma coisa. Porque quando a gente está tête-à-tête, a gente estava discutindo, tínhamos comissões que a gente se sentava, discutia com isso, mudou muito. Mas essa é uma pressão dos empresários. Eles querem que a gente aprove de qualquer jeito. E não é assim, não é assim.

Outra coisa que já critiquei na Prefeitura, que não tem fiscalização das obras privadas, né? Eu fui o primeiro fiscal do COMDEMA, fiscalizando a obra da MRV lá no Tijuco Preto, primeiro fiscal. Nunca teve fiscal. Mas isso é uma pressão da... Por quê? Porque eles são muito criteriosos. Agora eu prometo para vocês, meninas, que vou todo dia lá, vou dar o serviço para aqueles caras lá. Vamos ver o que eles vão fazer. Vamos ver o que eles vão fazer. Vamos fazer o serviço pesado para eles na área do meio ambiente, ok? Combinado.

SR. PRESIDENTE: Gente, mais alguém para a gente... Paulo. Passa o microfone para o Paulo, por favor.

SR. PAULO: Gente, eu acho assim. já foi aprovada a moção de repúdio. Eu acho que não há mais nada o que a gente possa fazer ou que o Junior possa fazer. Desculpa, gente. O som do alto falante confunde, né? Como não enxergo, mas a sugestão que eu faço, os conselheiros que estavam presentes, é de a gente marcar uma audiência com o prefeito para entregar essa moção e dialogar com ele. Eu acho que é isso, não há mais nada que o Junior possa fazer. É uma decisão do secretário, do prefeito, que a gente procura ele, para levar isso em mãos e dialogar. Essa é uma sugestão que eu faço para gente encerrar a reunião. Agradeço.

SR. PRESIDENTE: Mais alguém tem...?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Deixa eu só fazer uma pergunta. O processo não foi concluído ainda porque ela fez uma solicitação se poderia ser tentado isso.

(falas sobrepostas)

SRA. MAYARA: Só para explicar. A Gestão de Pessoas ligou ontem. A gente recebeu o ofício, recebeu para dar ciência e aí a gente escreveu que está em desacordo e que iremos apresentar recurso. E aí tem esses pedidos de recurso. Mas quem analisa é secretário.

SR. FÁBIO: A gente quer acrescentar esta moção de repúdio no nosso recurso que a gente vai apresentar contra a transferência.

SRA. MAYARA: E deixar claro que quem vai analisar o recurso são os secretários das secretarias envolvidas.

SR. PRESIDENTE: Essa é uma decisão, gente, decisão é a lei, a lei dá autonomia do prefeito. Não é uma decisão do COMDEMA.

SR. FÁBIO: Mas a chefe de seção que entregou o nosso ofício de transferência, que a gente ficou sabendo que tinha um vício porque tinha um informativo da Gestão de Pessoas, que falava que o secretário tem que informar previamente os funcionários. A gente não foi informado previamente e a gente... Ela falou que a gente tem o direito de apresentar recurso.

SR. PRESIDENTE: E tem mesmo.

SR. FÁBIO: A gente queria que essa moção de hoje fosse redigida o mais rápido possível para gente poder anexar no nosso recurso. Só isso.

SR. PRESIDENTE: Fábio, o direito de recurso, direito de vocês se manifestarem, ninguém pode tolher. Eu, como advogado, jamais pensaria nisso. É que não... Assim, estou colocando como impeditivo, mas o COMDEMA não tem a força para mudar uma decisão que a lei atribui ao prefeito. Não tem. É lei, gente. Eu não estou... Não estou falando aqui se eu estou de acordo, se eu não estou de acordo. Só analisando do ponto de vista jurídico. Agora vocês podem colocar essa moção, certamente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É atribuição do COMDEMA se manifestar de maneira conclusiva sobre a ato ou omissão do Poder Público que cause ameaça de degradação ambiental. É uma atribuição do COMDEMA, que gente está aqui declarando que há omissão do Poder Público, repudiando isso.

Então é [...] atribuição e a gente está se propondo aqui a ir além, conversar com o prefeito, defender essa questão, se der para congelar as transferências melhor, porque a gente não entende todo esse processo até conseguir saber o melhor caminho para seguir. É Atribuição do COMDEMA.

SR. PRESIDENTE: Façam uma reunião do prefeito, conversa com prefeito, apresente a moção, apresente o recurso, é um trâmite que é direito.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A moção é produzida pela secretaria.

SR. PRESIDENTE: Então o COMDEMA pode fazer a moção, até para não falar que a moção está viciada porque alguém que tenha interesse. Então o COMDEMA apresenta a moção.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Não vai constar na ata a moção? Vai ser aprovada em ata?

SR. PRESIDENTE: É, mas a ata, gente, desculpa, a gente não consegue produzir ela para amanhã ou depois, a gente não tem pessoas para fazer essa transcrição e nem o contrato para fazer transcrição. Se alguém puder, se alguém se disponibilizado do COMDEMA fazer, a gente aceita de bom grado, porque...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Quem vai assinar?

SR. PRESIDENTE: Eu acho que o COMDEMA.

(falas sobrepostas)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A ata tem que ser votada.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já foi votada, né?

SR. PRESIDENTE: A ata depois tem de ser referendada. A moção, acredito que possa ser assinada pelos conselheiros do COMDEMA. Gente, ninguém é contra isso.

SRA. MAYARA: Só também uma informação que talvez seja importante. O Junior falou que é um direito do prefeito. Acho que de fato. Mas se não me engano, fala que tem que ser justificado e não pode trazer prejuízos. E, realmente, não tem uma lei tratando sobre isso. Só que no acordo coletivo com o sindicato, ano passado, o município se comprometia, dentro do prazo de 90 dias, a regulamentar o processo de transferência. Isso foi assinado em abril do ano passado e até agora não foi feito.

Então, a única coisa que a gente tem é esse informativo de transferência, que saiu no Diário Oficial de 8 de fevereiro desse ano, tratando dos protocolos, de como deve ser e a gente observou que não foi seguido, uma das coisas foi a gente não ter sido avisado previamente pelo secretário. E aí não... Esse informativo, ele não especifica sobre o recurso. E aí, ontem, o que a gente foi informado é que o recurso é julgado justamente por quem pediu a nossa transferência. Então a gente sabe que está amarrado assim. A gente está meio de mãos atadas.

(pronunciamentos fora do microfone)

SRA. MAYARA: Eu sou engenheira civil. Eu nem tenho atribuição para fazer as coisas. Não é uma palavra que muda tudo. Toda a atribuição junto ao CREA minha não é. Eu não posso assinar nada como engenheira civil. Eu e outros colegas vamos ser prejudicados, porque eu tenho certeza que as pessoas do Parque Ecológico que vão também não têm a experiência de analisar empreendimento. Não sabe, não tem conhecimento de projeto de urbanização. A gente...

(pronunciamentos fora do microfone)

SR. PRESIDENTE: Gente, bom, é o que eu falei a gente vai ficar discutindo até amanhã. A gente não vai chegar a um consenso. Vocês já falaram que vão fazer uma moção, apresentar ao prefeito, juntar ao recurso, né? E é o procedimento, tem que ser feito. E aí o futuro aí vai ficar a cargo da decisão política do prefeito, a decisão do prefeito, a decisão do governo, ok? Eu agradeço a presença de todos. Reitero a necessidade da gente trabalhar no regimento do COMDEMA para a gente melhorar o COMDEMA nas questões de proposição, inclusive. E fico desejando boa noite para todos e a gente, na próxima reunião, a gente segue com o nosso Conselho. Muito obrigado!

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mais decência nessa gestão, por favor.